

CARTILHA

MEDICINA UFSCAR

TURMA XVIII



Mensagem à Turma 19	3
Formas de Ingresso	5
Estatísticas	7
Gráficos	8
Redações	11
Sobre a UFSCar e o método	43
Sobre a Cidade	45
Auxílios	47
Atividades Vinculadas	48
Semana de Recepção	54
Relatos	56
Dicas	61

Mensagem à Turma XIX

Oi, futuros calouros!!

A turma XVIII preparou esse material com nossas estatísticas de aprovação, dicas para o vestibular e tirando algumas dúvidas sobre o ensino da nossa federal :)

Como você deve saber (ou vai descobrir logo), nosso método de ensino é ativo, diferente do tradicional, e com bastante enfoque na prática desde o ciclo básico. Entendo que isso pode te trazer muitas dúvidas, então preparamos também uma seção sobre como funciona o nosso curso! Te convido a conhecer mais sobre a nossa faculdade e espero que, assim como nós, você se sinta acolhido.

Lembre-se que, assim como você, boa parte de nós estávamos ano passado buscando materiais sobre nossa futura universidade, e mais importante, muitos de nós não achávamos que iríamos conseguir esse ano. Lembre de ter calma e, qualquer dúvida, estamos à disposição <3

Contatos da T18 - Instagram:

<code>_anatelles</code>	<code>mim_yabasse</code>
<code>cindy_scs</code>	<code>suzanyk</code>
<code>guilherme_sicard</code>	<code>trizvieira</code>
<code>juan_salinasdh</code>	<code>vieirasluka</code>

RELATO DO 6 ANO

A vida na Medicina UFSCar (aka "Med UFSCar") é uma série de vivências únicas que se iniciam logo que o resultado do SISU é liberado! É ter o prazer de entrar para uma comunidade que desde o início busca saber que você é e como pode te integrar nela. Ser uma faculdade de medicina pequena (43 vagas/ano) trás algumas vantagens e desvantagens inerentes a este fato, porém é inegável que "ser pequena" é o que roteiriza a maior parte da jornada por essa nossa faculdade.

Como disse, tudo começa com seus veteranos indo atrás de você para te conhecer! Eles se sujam de tinta para que você não tenha o medo de se sujar e curtir seu ingresso! Afinal, é seu momento de aproveitar o resultado de cama minuto investido em passar em uma faculdade de medicina pública! É claro, buscamos cada vez menos ter as culturas tradicionais do "ser melhor que os outros", claramente sempre tem as exceções a esta regra, porém mudar e expandir as boas tradições são uma base boa de partida.

Entrou, pronto! Agora vamos começar essa jornada por uma faculdade onde você é o autor do seu próprio aprendizado, sim estamos falando do famoso "método ativo" ou "construtivista" onde a curiosidade, seus conhecimentos de base e suas vivências cotidianas se agregam com o currículo! Você irá estudar, aprender a buscar fontes, separar as boas das ruins, aprender a entender sua curiosidade e como saciá-la, descobrir que estudar o que você acha que não gosta te abre a porta para um conhecimento e prazer novo... Um aprendizado que destrói para construir, que te torna mais independente e pró-ativo, afinal é SUA FACULDADE e SEU DIPLOMA que dependem de você! Ah, o sabor de conquistar tudo isso ao longo dos 6 anos é maravilhoso, afinal sua curiosidade continua lá, porém seu conhecimento de base se tornou enorme, além das suas vivências que te tornaram capacitado, e no final, tudo isso se funde em: Me tornei um médico!

Mas não é só de estudos que se vive uma faculdade e se constrói um diploma, temos os esportes, temos o centro acadêmico, temos as festas, temos as iniciações científicas/extensões, temos as amizades, temos os intercâmbios, temos as novas famílias e temos a bateria (Vai SancaBum)... Tudo isso te confere um patamar mais elevado como pessoa e constroem o tão famoso currículo, que será cobrado lá na sua prova de residência, mas mais do que isso, constroem o seu diploma único e exclusivo seu! Serão os melhores (e piores) anos da sua vida, terão lágrimas de felicidade e de dor, terão vivências únicas e excepcionais (vão nas competições!) e serão o seu amadurecimento como ser humano e profissional!

Venha sem medo, preconceitos e receios de experimentar! Fuja de quem dita o que é certo ou errado dentro de uma faculdade, porque se lembre: cada experiência é única e você tem o DIREITO de viver a sua sem cagação de regra! Não seja inimigo de quem você não conhece e não acredite em tretas de instituições, tenha a sua mais pura e verdadeira vivência! Por fim, tudo passa tão rápido, pode não parecer quando você estiver lotado de coisa pra estudar e portfólios para entregar... Mas passa! 6 anos que são como uma ventania forte, mas breve, tudo muda e você muda! Gere e leve seus amigos com você, afinal isso estes serão o seu "networking" e sua base para o início da vida como Médico.

Escolham viver a Medicina UFSCar, escolham ser o autor da sua graduação e escolham viver os melhores anos das suas vidas!

Formas de Ingresso

O ingresso na UFSCar é apenas via SISU 1º semestre, utilizando a nota do ENEM do último ano. São abertas 40 vagas, das quais existem modalidades:

Grupo 1: Escola pública, renda e PPI. (Serão oferecidas 3 vagas)

Grupo 1-D: Escola pública, renda, PPI e deficientes. (Será oferecida 1 vaga)

Grupo 2: Escola pública e renda. (Serão oferecidas 5 vagas)

Grupo 2-D: Escola pública, renda e deficientes. (Será oferecida 1 vaga)

Grupo 3: Escola pública e PPI. (Serão oferecidas 3 vagas)

Grupo 3-D: Escola pública, PPI e deficientes. (Será oferecida 1 vaga)

Grupo 4: Escola pública. (Serão oferecidas 5 vagas)

Grupo 4-D: Escola pública e deficientes. (Será oferecida 1 vaga)

Grupo 5: Ampla concorrência. (Serão oferecidas 20 vagas)

Pesos das matérias:

Redação: peso 2.

Ciências da natureza: peso 2.

Ciências humanas: peso 1.

Linguagens: peso 2.

Matemática: peso 1.

Vestibular Indígena

Esta seleção destina-se exclusivamente às pessoas candidatas das etnias indígenas do Brasil que tenham cursado o ensino médio integralmente na rede pública (municipal, estadual, federal), e/ou em escolas indígenas reconhecidas pela rede pública de ensino brasileira. A pessoa candidata deverá comprovar que pertence a uma das etnias indígenas do território brasileiro por meio da documentação especificada no edital. As inscrições são realizadas gratuitamente por meio do preenchimento de formulário eletrônico, disponibilizado na página eletrônica da COMVEST no qual obrigatoriamente deverão ser inseridas as informações e documentos solicitados. As provas são aplicadas nas cidades de Campinas (SP), Campo Grande (MS), Recife (PE), Santarém (PA), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Tabatinga (AM).

Depoimento do Vestibular Indígena

Esse depoimento é para todos os parentes que venham a prestar o vestibular indígena unificado. Sempre que pensarem em desistir, lembrem o que motivou vocês a começarem esse caminho que é a vida de um vestibulando de medicina. O percurso é dolorido para todos nós, mas viver a medicina em uma federal é algo único. Dos conselhos que posso dar a vocês: é muito importante ficar atento ao edital dessa prova, o formato dela é bem diferente de vestibulares tradicionais e o ENEM; deem uma atenção especial a redação, pois será ela quem garantirá que você será aprovado em Medicina, foi assim comigo, não que o restante da prova não seja importante, mas a redação será determinante; fiquem tranquilos, serão muito bem acolhidos por seus parentes veteranos, seremos seus amigos, sua família e sua rede de apoio desde o dia da aprovação. A gente nunca se atrasa para o que é nosso, porque tudo tem o seu tempo determinado e quando for a hora certa, irá acontecer. Metalize isso.

Estatísticas

Nos empenhamos pra trazer informações sobre a nota dos aprovados da turma XVIII. Entretanto, gostaríamos de ressaltar que não conseguimos colher os dados de todos os ingressantes neste ano, mas organizamos as estatísticas com as notas daqueles que compartilharam seus resultados.

Além disso, muitos dos alunos não souberam dizer o número de acertos de cada matéria, o que também gerou certa inconstância nos dados sobre as notas, particularmente em relação ao número de acerto.. Mesmo assim, tentamos trazer informações que sejam válidas e úteis à vocês, e esperamos que consigam aproveitar nossa análise.

Grupo 5 (Ampla concorrência)

CHAMADA	MÉDIA SIMPLES	MÉDIA UFSCAR	COLOCAÇÃO SISU	ACERTOS LT	NOTA LT	ACERTOS CH	NOTA CH	ACERTOS CN	NOTAS CN	ACERTOS MT	NOTAS MT	ACERTOS TOTAIS	REDAÇÃO
1	824	817	6	34	662,6	43	779,8	38	758,5	39	942,3	154	980
1	-	813,7	9	35	688,7	39	762,6	39	778,1	33	893,4	146	960
1	815,42	810,94	12	35	670,1	39	720,9	40	820,3	38	945,8	152	920
1	812,94	810,91	13	41	748,6	41	755,7	35	734	36	886,4	153	940
1	817,2	810,26	16	37	695,1	44	786,4	34	741	36	903,5	151	960
1	806,88	808,81	18	-	707,7	-	714,8	-	768,4	-	883,5	-	960
1	807,3	810,06	19	-	689,3	-	754,9	-	773,9	-	839,2	-	980
1	812,02	807,51	20	38	722,2	38	728,1	28	717,8	39	932	143	960
2	807,14	806,83	22	35	668,9	39	743,4	38	790	37	873,4	149	960
2	800,34	805,59	24	41	769,8	40	705,6	27	693,2	33	853,1	141	980
2	813,52	805,06	26	36	703,1	37	739,4	34	769,8	39	955,3	146	900
2	802,44	802,38	29	39	744,3	38	737,9	36	742,5	35	867,5	148	920
2	795,72	799,78	32	34	731,1	33	704,1	32	748,5	32	854,9	131	940
2	802,68	799,26	34	40	738,7	42	793,4	31	722	33	839,3	146	920
2	792,52	798,91	35	41	733,2	36	679,6	34	755,5	36	854,3	147	940
2	787,38	796,29	40	38	713,8	37	675,5	33	739,6	35	828	143	980
2	796,76	796,53	42	35	653,2	39	723	38	775,4	36	872	148	960
2	800,2	805,13	-	-	731,5	-	737,3	-	748,5	-	823,7	-	960
3	794	792,56	-	34	666,5	40	726,6	38	764	38	872,9	150	940
4	796	792,45	57	36	687,1	36	694,3	37	792,5	38	926,1	147	880

Grupo 4 (Escola Pública)

CHAMADA	MÉDIA SIMPLES	MÉDIA UFSCAR	COLOCAÇÃO SISU	ACERTOS LT	NOTA LT	ACERTOS CH	NOTA CH	ACERTOS CN	NOTA CN	ACERTOS MT	NOTA MT	REDAÇÃO
1	790,9	-	-	-	672,5	-	722	-	759,7	-	860,3	940
1	783,36	793,01	-	-	737,4	-	703	-	749,9	-	786,5	940
1	791,78	792,54	-	-	704,7	-	706,7	-	736,7	-	870,6	940
2	747,5	788,53	30	-	693,4	-	690,9	-	704,8	-	900,9	960
4	778,5	785,01	41	40	707,7	32	671,1	27	698,7	30	836,2	980

Grupo 3 (Escola Pública e PPI)

CHAMADA	MÉDIA SIMPLES	MÉDIA UFSCAR	COLOCAÇÃO SISU	ACERTOS LT	NOTA LT	ACERTOS CH	NOTA CH	ACERTOS CN	NOTA CN	ACERTOS MT	NOTA MT	REDAÇÃO
1	769,72	775,21	-	-	711,6	-	716,8	-	661,5	-	778,7	980
1	744,18	753,7	-	41	715,1	30	651	26	673,6	29	761,2	920
3	754,84	752	164	-	643,9	-	720,3	-	677,9	-	812,1	920

Grupo 2 (Escola Pública e Renda)

CHAMADA	MÉDIA SIMPLES	MÉDIA UFSCAR	COLOCAÇÃO SISU	ACERTOS LT	NOTA LT	ACERTOS CH	NOTA CH	ACERTOS CN	NOTA CN	ACERTOS MT	NOTAS MT	REDAÇÃO
1	786,04	752,33	1º	-	674	-	750,7	-	698,4	-	907,1	900
1	790,5	779,1	4ª	38	696,1	40	758,9	-	664,2	-	913,3	920
2	748,16	775,33	-	-	691,2	-	687,3	-	646,6	-	775,7	940
4	737,34	747,46	182	-	691,8	-	693,5	-	621,2	-	700,2	980
5	735	740	226	-	670	-	692	-	704	-	715	900

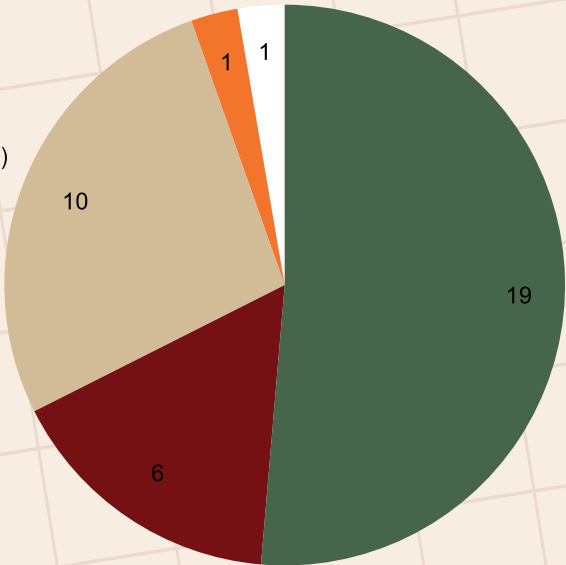
Grupo 1 (Escola Pública, Renda e PPI)

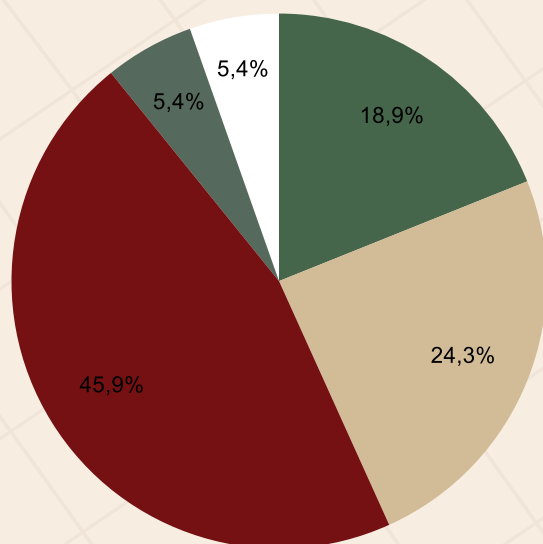
CHAMADA	MÉDIA SIMPLES	MÉDIA UFSCAR	COLOCAÇÃO SISU	ACERTOS LT	NOTA LT	ACERTOS CH	NOTA CH	ACERTOS CN	NOTAS CN	ACERTOS MT	NOTAS MT	ACERTOS TOTAIS	REDAÇÃO
2	731,58	734,29	-	-	-	652,5	-	615,3	-	649,9	-	814,2	920
3	725,4	729,18	290	-	-	689,4	-	659,6	-	677,8	-	759,4	840

Gráficos da Turma

De onde você é?

- São Paulo (interior)
- Sudeste (exceto São Paulo)
- Nordeste
- Centro-Oeste
- São Paulo (cidade ou região metropolitana)



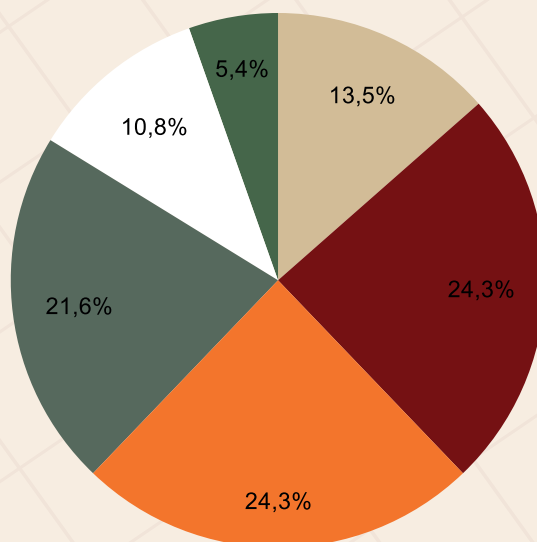


Qual a sua idade?

- 24 - 26 anos
- 21 - 23 anos
- 17 - 20 anos
- 31 anos ou mais
- 27 - 30 anos

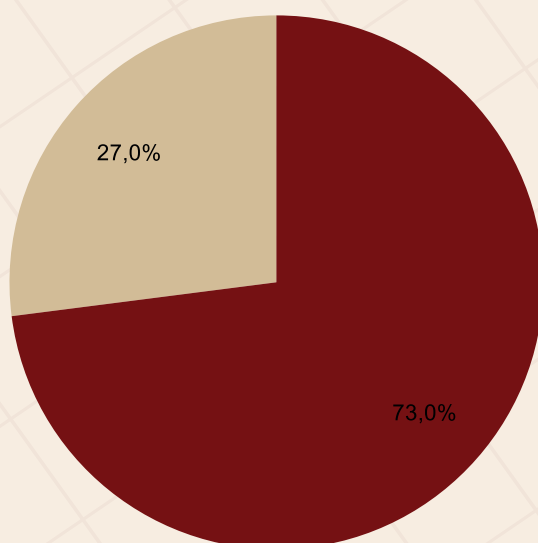
Fez cursinho? Se sim, quanto tempo?

- 4 anos ou mais
- 3 anos
- 2 anos
- 1 ano
- Nenhum, passei direto do 3º colegial
- Nenhum, sempre estudei por conta própria

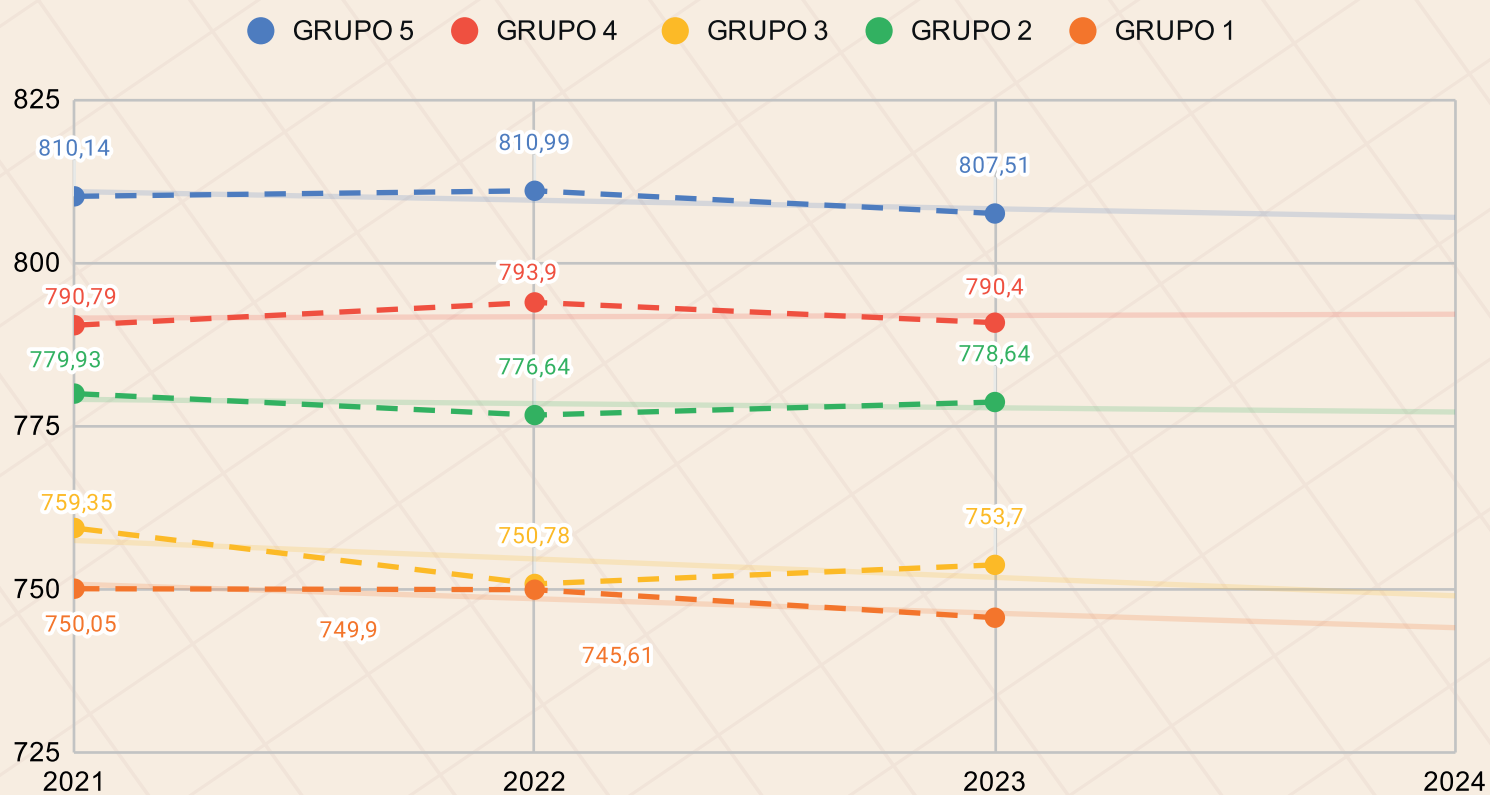


Trabalhou enquanto estudou?

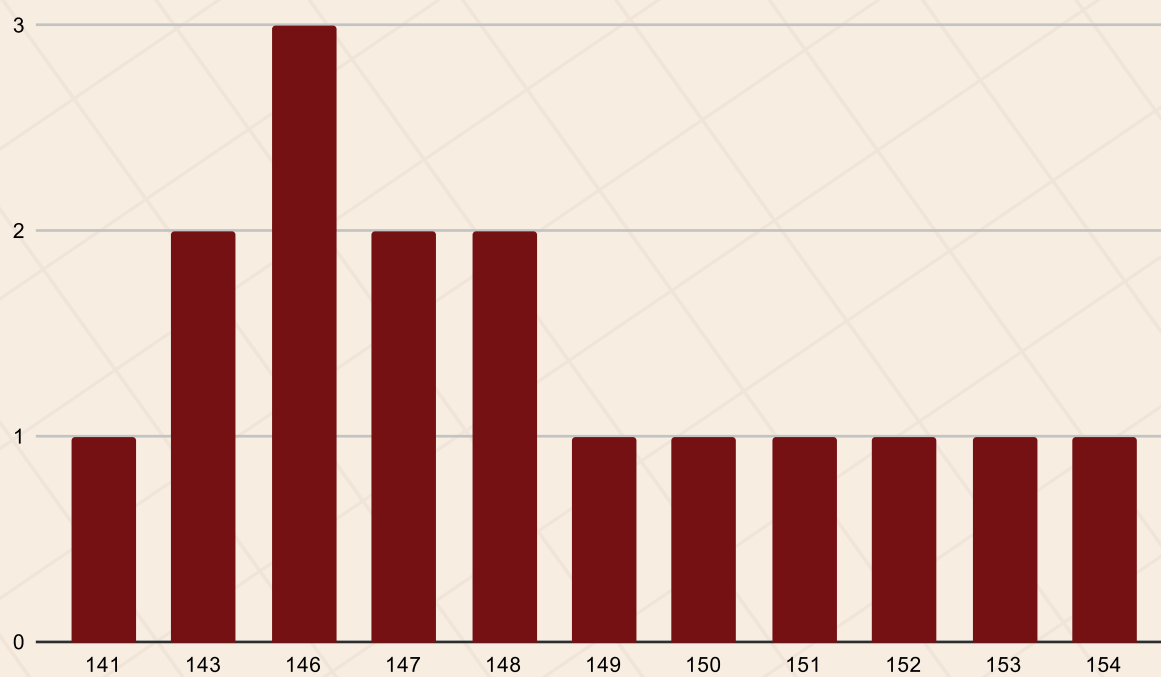
- Sim
- Não



Evolução das notas de corte



Frequência de acertos - Ampla Concorrência



Roque Laraia, ao definir o conceito antropológico de cultura, afirma que tudo que é produzido pela humanidade e que possui um significado ou interpretação da realidade que o cerca é denominado cultura. Nesse sentido, o valor de diferentes expressões culturais será sempre o mesmo, embora ainda exista no Brasil, uma imaginário utilitarista que descarta esse relativismo cultural, que categoriza grupos culturais pequenos como pouco importantes ou até mesmo obstáculos para o desenvolvimento econômico. Sendo assim, percebe-se que a valorização de povos e comunidades tradicionais do Brasil, sob um ponto de vista social e econômico, é dificultada pela falta de veiculação de indidentades e dinâmicas socioecológicas dessas comunidades pela mídia em conjunto com a intensa expansão da fronteira agrícola no Centro-Norte brasileiro.

Primeiramente, é notável que a diminuta aparição das comunidades tradicionais em quaisquer veículos de informações acarreta uma deficiência do apoio popular às pautas relacionadas à valorização desses grupos. A falta de interesse da população de lógica contemporânea, como explicado na ideia de ética da alteridade, do pensador Levinas, gera uma problemática na construção da indidentidade dos povos tradicionais, que são agora julgados pelos valores contemporâneos. Em suma, o atual sistema midiático ignora as diferentes relações do humano com a natureza nos grupos tradicionais e permite uma imobilização do corpo social brasileiro perante ações que fazem parte da lógica pós-moderna, mas que excluem outros grupos culturais.

Ademais, compreende-se que os interesses do agronegócio em expansão sob o quesito de influência política e econômica, têm uma grande vantagem em relação aos interesse dos grupos locais e geralmente predominam em uma discussão. A denominada expansão da fronteira agrícola se dá pelo grande sucesso econômico do agronegócio, mas simultaneamente pelo desequilíbrio ecológico causado por essa atividade, que devasta o ambiente do local em que é praticada. Essa sistemática conflita diretamente com as populações tradicionais, uma vez que há uma alta concentração desses grupos da região em que ocorre a expansão, os quais não conseguem apoio popular ou governamental suficiente para resistir aos avanços da elite agrícola e acabam sendo expulsos e dispersos.

Portanto, é necessário primeiramente que o Ministério da Cultura promova, por meio de filmes, vídeos e publicações em redes sociais, um maior entendimento da população acerca da sociobiodiversidade dos povos tradicionais brasileiros, a fim de que seja possível para a comunidade que não da parte da lógica desse grupos possa entender valores e interesses diferentes que são muitas vezes ignorados. Paralelamente, o Ministério do Desenvolvimento Social deve efetivar a defesa das terras pertencentes aos grupos tradicionais, por meio de mapeamento completo e determinação dessas terras como locais de preservação, para impossibilitar qualquer conflito pela posse do lugar. Com isso, será possível ultrapassar o imaginário utilitarista em um Brasil que valorizará a cultura de todos seus grupos como iguais, assim como defende Roque Laraia.

A despeito da ampla diversidade étnico-cultural do Brasil, o país ainda não valoriza como deveria as suas comunidades e povos tradicionais, deixando-os à mercê da miséria e da violência, como ocorre, por exemplo, com a etnia Yanomami, cujas aldeias são constantemente invadidas. Tal questão se revela como consequência da hegemonia de grupos exploradores, que não respeitam quem vivem nos locais dos quais querem se aproveitar, e do longo processo de aculturação dessas populações. Esses problemas devem ser combatidos em virtude da sobrevivência desses povos.

Nesse cenário é evidente como segmentos específicos da sociedade – o agronegócio e o garimpo, principalmente – se beneficiam economicamente do afastamento de certas populações da região que habitam, e agem para que isso aconteça. A isso se relaciona o conceito de materialismo histórico de Carl Marx, que dizia que a classe que domina os meios de produção define a política e a cultura, mantendo-se, assim, no poder. Desse modo a classe alta brasileira, por controlar a economia, tem vasta influência política e por muitas vezes avança sobre os direitos dos povos tradicionais, como foi visto, por exemplo, na movimentação do Legislativo em 2022 para legitimar a invasão do garimpo em terras indígenas.

A esse problema soma-se o aculturamento das comunidades, definindo como um apagamento intencional, feito pela camada dominante, de seus hábitos e tradições, que enfraquece a atuação política desses povos, roubando-lhes direitos. Em seu livro *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, Lilian Moritz explica como o processo de formação de uma História do Brasil foi intencionalmente excludente pois por séculos foi aceita a ideia dos três rios (simbolizando o europeu, o indígena e o negro) que se uniriam para formar um (o brasileiro), a qual exaltava a participação europeia e abria caminho para a exclusão e discriminação dos outros povos. Por esse motivo, por décadas foi justificado o negligenciamento geral das comunidades tradicionais, negando-lhes seus direitos.

Portanto, percebe-se que a desvalorização dos povos tradicionais do Brasil tem fortes raízes econômicas e culturais. Assim, é necessário que as escolas, que representam o órgão formador do cidadão, incluam a pauta identitária em seus currículos, por meio de debates e trabalhos sobre o assunto, de modo que mais brasileiros conheçam as etnias em risco no país e entendam a necessidade de lutar para protegê-las, porque as questões apresentadas devem ser enfrentadas pelo bem das vidas das populações ameaçadas. iguais, assim como defende Roque Laraia.

A Constituição Federal de 1988, carta que consolidou o Estado democrático brasileiro, tem por objetivo garantir direitos básicos a todos os cidadãos brasileiros. No entanto, tais garantias não tem sido percebidas no cotidiano nacional, visto que o Brasil enfrenta desafios para a valorização de comunidades povos tradicionais no país. Diante dessa perspectiva, faz-se necessário analisar os fatores que respondem a ela a fim de se propor intervenções transformadoras.

Em uma primeira abordagem, cabe ressaltar que a insuficiência legislativa é um dos alicerces da problemática em foco. Isso se deve ao fato de que apesar de existirem leis que reconheçam essas comunidades e povos tradicionais, elas não se concretizam enquanto política pública, já que, embora o Governo Federal tenha uma legislação que garanta seus direitos, as outras esferas do poder não cumprem seu papel de colocá-los em prática e realizar a fiscalização. Prova disso é a teoria “instituições zumbis” do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Segundo ele, apesar de algumas instituições estarem presentes na sociedade, elas não mais exercem sua função social. Sendo assim, muitos dos grupos minoritários - como quilombolas, ribeirinhos - acabam sofrendo consequências, como não ter a efetividade de seus direitos e a proteção de seus territórios.

Em uma análise mais aprofundada, vale destacar que o problema é ainda corroborado por falhas no sistema educacional. Na 3ª temporada da série canadense “Anne with an E”, o autor foca em mostrar o preconceito sofrido por uma tribo indígena na vila canadense em que se passa o seriado, preconceito esse resultado da falha na educação da população. Analogamente a ficção, muitos povos e comunidades tradicionais sofrem com a desvalorização devido ao sistema educacional. Isso ocorre porque a escola, que é um ambiente responsável pela formação de valores nos jovens, ao deixar de tratar e ensinar sobre os grupos minoritários do país, colabora para a falta de informação e, consequentemente, o preconceito.

Depreende-se, portanto, a necessidade de medidas que visem mitigar o quadro atual. Urge que o Ministério da Educação - órgão responsável por garantir um sistema educacional de qualidade no país - promova, por meio da reestruturação da grade curricular comum, aulas sobre as minorias tradicionais do país. Com o propósito de promover um olhar mais empático dos cidadãos para com essas comunidades e, assim, a valorização deles. É necessário também que o Estado desenvolva práticas de fiscalização que garanta a efetivação dos direitos desses povos. Somente, assim, será possível construir uma sociedade mais igualitária e empática como proposto na Carta Magna de 1988.

O livro “Raízes do Brasil”, do autor brasileiro Chico Buarque de Holanda, aborda as três matrizes culturais que formam a identidade nacional: a européia, a indígena e a africana. Entretanto, apesar de haver o conhecimento sobre essa diversidade, nota-se, na contemporaneidade, a nefasta desvalorização das comunidades tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos. Nesse viés, embora existam leis as quais asseguram a proteção dessas minorias, é nítido o impacto negativo da globalização para o reconhecimento desses povos. Assim, medidas governamentais são urgentes com o feito de divulgar a importância desses indivíduos.

Acerca dessa lógica, é válido citar, inicialmente, os mecanismos legais vigentes no que tange à preservação e a valorização dessas sociedades. Diante disso, salienta-se o artigo 216, da Constituição Federal, o qual garante a proteção da cultura nacional. Paralelamente, é relevante destacar a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais, em 2017, cuja finalidade é a busca pela consolidação das tradições desses grupos. Isso posto, observa-se o papel indispensável desses dispositivos no tocante à exaltação dessas comunidades nativas, uma vez que viabiliza o desenvolvimento de aparatos necessários para formação de políticas públicas para divulgação de suas importâncias, haja vista o aspecto comum entre elas de convívio harmônico com o meio natural.

No entanto, nota-se a crescente desvalorização de tais disposições, em decorrência dos prejuízos provocados pela globalização na construção da cultura do país. Em vista disso, vale mencionar a busca pela ressignificação da identidade nacional, durante a 1ª fase do romancismo brasileiro, visando a superação da influência externa e a valorização das tradições internas e a não consolidação desse ideal, dado o desconhecimento sobre as raízes brasileiras. A exemplo disso, destaca-se a ampla presença da cultura do norte global e a constante invisibilização das matrizes nacionais, desde o início da formação acadêmica, visto que o estudo da história do Brasil é, majoritariamente, vinculado à chegada dos portugueses, em 1500, evidenciando o apagamento dos anos anteriores. Portanto, infere-se a inoperância do Estado no estímulo à divulgação de informações como um desafio para promover tal valorização.

Mediante o exposto, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social a criação de canais de comunicação, por meio de parceria com as mídias – especificamente as redes sociais e a TV -, com o objetivo de expandir o acesso à informação sobre a importância dessas comunidades. Ademais, compete ao Ministério da Educação a inclusão do ensino da história dos diversos povos nativos na Base Comum Curricular (BNCC), a partir da contratação de especialistas, como antropólogos e historiadores, com o intuito de superar, estruturalmente, a invisibilidade desses indivíduos e garantir, de modo efetivo, a valorização de comunidades tradicionais.

Segundo a Carta Magna brasileira, é dever do Estado garantir o respeito a todos os grupos sociais. Porém, é evidente que esse direito é negado, porquanto há uma desvalorização de comunidades e povos tradicionais, os quais são, hodiernamente, marginalizados socialmente. Isso ocorre em virtude da Ineficiência Estatal em gerir o problema e, também, da formação da formação escolar atual, a qual não trata desses grupos de forma crítica.

Primeiramente, é imperioso pontuar que o governo é ineficiente no reconhecimento e valorização dos povos e comunidades tradicionais. Sérgio Buarque de Holanda, historiador brasileiro, afirmar que a política brasileira é amadora, porque não consegue aplicar os projetos firmados. Essa ideia é concordante com a realidade brasileira, pois, ainda que haja legislações que resguardecem os povos tradicionais, tais textos não são viabilizados na prática, tornando tais grupos expostos a exploradores. Nesse viés, é pertinente citar as comunidades indígenas e povos extrativistas na Amazônia, os quais, embora tenham seu território assegurado por lei, sofrem cotidianamente invasões em seus espaços, sobretudo por garimpeiros e grilheiros. Desse modo, é fulcral que os espaços desses povos, símbolo de sua cultura, sejam garantidos corretamente, para que ocorra sua valorização enquanto comunidade e povo tradicional.

Além disso, é fundamental destacar que a educação atual não discute sobre as comunidades e povos tradicionais, o que é um empecilho à valorização desses grupos. Conforme Paulo Freire, a educação visa à formação crítica do indivíduo, a fim de torná-lo ciente de sua realidade. O Brasil, então, ao negar o conhecimento acerca desses povos, rompe ao modelo de educação do pensador. Nesse contexto, é visível a perpetuação da desvalorização desses grupos, pois os jovens, que são a base do corpo social, desconhecem a importância das comunidades e grupos tradicionais na formação do país, criando aos estudantes, por fim, uma ignorância acerca dessa essencial população brasileira. Posto isso, mudanças são essenciais para superar essa lastimável situação.

Para tanto, compete ao Ministério da Educação, por intermédio de projeto de lei, alternar o componente curricular brasileiro, o qual, agora, passará a estimular o estudos dos povos e comunidades tradicionais. Os estudos supracitados, nas escolas, serão realizados por professores de história e sociologia, os quais fomentarão o debate acerca da importância histórica e cultural desses povos e comunidades na sociedade brasileira, com o fito de os valorizar no corpo social. Outrossim, cabe ao governo federal, em conjunto com outros órgãos governamentais, fazer valer as leis que resguardam os povos e comunidades tradicionais, valorizando, assim, sua cultura.

A Constituição de 1988, documento jurídico mais importante do país, prevê a conservação dos povos tradicionais brasileiros como uma das responsabilidades da República Federativa do Brasil. Conquanto, tal prerrogativa não tem reverberado com ênfase na prática ao se observar que o reconhecimento social e política do modo de vida indígena ainda se apresenta como um problema a ser resolvido. Esse lastimável panorama é calcado na inoperância estatal e tem como consequência o agravamento do conflito entre indígenas e pecuaristas.

De início, há de se constatar a débil ação do poder público enquanto agente mitigador da problemática. Acerca disso, o filósofo Thomas Hobbes, em seu livro “Leviatã”, defende a incumbência do Estado em proporcionar meios para auxiliar o progresso da coletividade. As autoridades, contudo, vão de encontro com as ideias de Hobbes, uma vez que possuem papel inerte com relação à diminuição das fronteiras das reservas indígenas, dificultando a continuidade e a preservação do seu modo de vida e cultura. Esse cenário, decorre do fato de que, assim como foi pontuado pelo economista Murray Rothbard, uma parcela dos representantes governamentais, ao se orientar por um viés individualista e visar retorno imediato de capital político, negligencia a conservação dos meios de sobrevivência, além do saber tradicional e cultura história do povo indígena. Logo, é notório que a omissão estatal perpetua a precarização da vida nas comunidades e povos tradicionais brasileiros.

Por conseguinte, observa-se que as constantes violações dos direitos indígenas pelo setor do agronegócio, tem agravado os conflitos por terra nas reservas indígenas. Posto isso, retifica-se a tese desenvolvida pelo jornalista Gilberto Dimenstein acerca da cidadania de papel, isto é, embora o Brasil possua um sólido aparato legislativo, ele mantém-se restrito ao plano teórico. Tal cenário, explicita-se não ausência de consequências às constantes invasões às terras indígenas pelo agronegócio em busca de lucro, causando mortes e comprometendo a segurança e capacidade da sobrevivência dessas comunidades. Dessa forma, a questão indígena materializa claramente o conceito de cidadania de papel apontado por Dimenstein.

Depreende-se, portanto, que é mister a atuação governamental na questão de preservação dos meios de sobrevivência das comunidades indígenas. Cabe ao Poder Executivo Federal, ações de controle e segurança nas fronteiras das reservas, visando garantir a aplicação da lei. Tais ações deverão ocorrer através da aplicação de verba pública no monitoramento das reservas, de forma a coibir infrações e proteger a comunidade.

Em 1988, foi promulgada, no Brasil, a Constituição que garantiria a todos igualdade perante a lei. Contudo, mediante a realidade brasileira, nota-se que determinados grupos não estão amparados pela Carta Magna, uma vez que comunidades e povos tradicionais do Brasil encontram desafios em sua valorização. Assim, para combater esse impasse, há de se desconstruir a negligência governamental, bem como a visão preconceituosa da população.

Diante desse cenário, evidencia-se que comunidades tradicionais são invisibilizadas pelo Estado. À vista disso, na Era Vargas, com receio de perder a região Norte, o governo passou a investir em projetos que desenvolvessem o território, sem respeitar, no entanto, os povos que ali habitavam desde os períodos colonial. Ocorre que essa negligência perdurou pelas décadas e, hoje, afeta drasticamente as comunidades tradicionais do país, pois, ao serem invisíveis para o Estado, enfrentam diversos obstáculos, como a invasão de suas habitações e a falta de apoio para suas atividades. Desse modo, é incoerente que essa desvalorização seja a realidade de um país que almeja tornar-se nação desenvolvida.

Por outro lado, uma população preconceituosa também é responsável por desvalorizar povos tradicionais. A esse respeito, de acordo com conceitos sociológicos, o Etnocentrismo é o fenômeno em que uma indivíduo analisa a cultura do outro com base nas suas próprias ideologias, fato que leva a inferiorização das demais práticas culturais. Com efeito, tal aspecto social é presente no cotidiano de substancial parcela da população, ao não compreenderem os hábitos de determinados grupos, passam a agir etnocentricamente e a excluir determinados cidadãos, através de falas ou atitudes preconceituosas e, na pior das hipóteses, por meio da violência, colocando-os às margens da sociedade.

É necessário, portanto, combater os desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais do Brasil. A princípio, cabe ao poder público fornecer condições para que esses povos mantenham suas culturas e sejam valorizados, por meio de um programa social, que poderá se chamar “Raízes brasileiras”, em que será ofertado a essas comunidades um auxílio financeiro que permita o desenvolvimento e a manutenção das atividades comerciais e culturais desses cidadãos, além de divulgações de informações que combatam o preconceito. Essas iniciativas teriam a finalidade de efetivar a Constituição de 88.

No dia vinte de novembro é celebrado o dia da Consciência Negra no Brasil, data que marca a morte do líder Zumbi dos Palmares e que também deveria marcar a valorização e o respeito aos povos tradicionais do Brasil. Contudo, o feriado não tem o seu proposto vivenciado na prática, em decorrência da desvalorização destes povos, que tem origem em defasagens históricas e educacionais.

Em primeira análise, é de suma importância considerar o estigma histórico imposto sobre as comunidades tradicionais brasileiras desde a colonização. A exemplo disso, há a “Carta de Achamento do Brasil” escrita por Pero Vaz de Caminha durante a exploração do país recém achado, tal escritura descreve um dos povos tradicionais, os indígenas, como indivíduos sem fé, sem educação e sem cultura que portanto, precisariam ser catequisados e civilizados. Desse modo, nota-se uma desvalorização histórica dos povos tradicionais.

Ademais, também é válido ressaltar que um ensino equilibrado a respeito dos povos tradicionais brasileiros também se configura como um mecanismo de degradação para esses povos. Nessa óptica, soma-se o fato de que a Base Nacional Comum Curricular não prevê o ensino das tradições e singularidades de povos indígenas e africanos nas instituições de Ensino Superior. Dessa maneira, os professores formados não são aptos a educar os demais membros da sociedade continua desvalorizando esses povos.

Mediante o exposto, surgem medidas que tenham como intuito promover a valorização das comunidades tradicionais brasileiras. Logo, infere-se que este dever cabe a Secretaria Especial da Cultura em conjunto com o Ministério da Educação, por meio da promoção de eventos culturais que disseminem a cultura e o modo de vida desses povos, com o intuito de demonstrar seu valor real para o restante da sociedade, e também, a implementação de disciplinas curriculares nos cursos de ciências humanas que eduquem e preparem os profissionais em formação para educar os demais corretamente sobre os povos tradicionais, e assim os valorizar e respeitarem. Dessa forma, o dia da Consciência Negra terá seu propósito posto em prática.

A participação dos povos tradicionais na sociedade brasileira permeia importantes aspectos referentes à construção do Brasil contemporâneo, associando-se também a partes de impacto internacional como a necessidade de preservação de áreas nativas, bem como os limites do progresso em detrimento ao meio ambiente, fator que demonstra a importância de tais discussões, pois, como defendido pelo “Clube de Roma”, de grande influência para pautas sustentáveis, a formação social regional impacta sob tais cuidados. Logo, é preciso analisar os desafios para a valorização das comunidades iniciais nacionais sob tal óptica, destacando o papel da colonização e do Estado brasileiro.

Em primeiro lugar, portanto, tem-se o ideal eurocêntrico sob o qual se baseou a sociedade nacional como importante valor da problemática. Isso se evidencia pela nação de Destino Manifesto, teoria difundida pela colonização europeia, a qual aponta o homem branco como responsável por expandir o ideal de civilização regional para suas colônias, a partir, por exemplo, da catequização, entre outras práticas. Os nativos foram, então, tomados como um obstáculo a ser superado, constantemente subjugados à vontade colonizadora, assim como as características de seu corpo social. Dessa forma, a participação de tais comunidades na formação nacional foi constantemente reprimida em prol dos valores dos colonizadores. Assim, formou-se uma sociedade no qual tais grupos são marginalizados e vistos como menos civilizados, concepção que impede a valorização de seus traços, bem como sua contribuição histórica para o Brasil.

Outrossim, é necessário analisar tal panorama a partir das relações econômicas intimamente associadas à problemática. Conforme discutido na ECO-92, conferência climática Internacional, é preciso equiparar as condições econômicas com a conservação de costumes e áreas nativas, já que as sociedades capitalistas tendem a avançar sob oportunidades financeiras sem levar em conta as necessidades das minorias. Tal pensamento é defendido pela Escola de Frankfurt, que denuncia a expansão de tais ideais financeiros para esferas sociais da comunidade, como as relações estabelecidas. Nesse sentido, a valorização das comunidades tradicionais representa dois obstáculos para os valores financeiros; em primeiro lugar, por não estarem amplamente incluída no sistema capitalista, apresenta suas próprias organizações comerciais, e além disso, por representarem valores que ultrapassam as necessidades do capital. Portanto, tais diferenças destoam do sistema amplamente difundido no Brasil, gerando grande contraste e interpretações errôneas, sendo necessário maior contato da população brasileira com os grupos aliados, de forma a enxergar diferentes corpos sociais como iguais.

Em suma, portanto, cabe ao Estado a formulação de políticas de valorização às diferentes culturas tradicionais. Para isso, deve-se incluir conceitos que abordem dominação cultural e a existência de diferentes tipos de sociedade nos programas de Sociologia e Filosofia da base curricular comum, já que se tratam de áreas de grande capacidade reflexiva, baseando, a partir de uma visão crítica, reverter o cenário de desvalorização estrutural de tais grupos no Brasil. Além disso, é necessária a amplificação da participação dessas minorias nas estruturas governamentais, como as secretarias de desenvolvimento e meio ambiente e no Ministério da Cultura, a partir do conceito de suas respectivas lideranças, buscando uma representação nos processos de preservação de patrimônio nacional, bem como da demarcação das áreas de preservação. Dessa forma, será possível permear diferentes setores associados à problemática, desvinculando-se do ideal colonizador e reconstituindo a história nacional.

O conceito “Contrato Social”, do filósofo iluminista John Locke, explicita o dever do Estado de garantir aos cidadãos a proteção dos direitos inegociáveis, como a igualdade. Entretanto, na atual conjuntura social brasileira, tal prerrogativa não tem se reverberado na prática quando se observa os desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais. Diante disso, é essencial analisar os principais propulsores desse contexto – a negligência estatal e a falta midiática -.

Em primeiro plano, é importante destacar a ausência de políticas governamentais para promover a divulgação das culturas tradicionais. Nessa perspectiva, convém ressaltar que, segundo o economista norte-americano Murray Rothbard, uma parcela dos representantes estatais, ao se orientar por um viés individualista e visar um retorno imediato do capital político, negligencia a conservação de direitos indispensáveis, dentre eles a garantia da educação. Essa realidade se aplica na sociedade brasileira, uma vez que o poder público não cria iniciativa, como campanhas educacionais, para divulgar as culturas de comunidades e povos tradicionais existentes no país. Desse modo, a inoperância estatal é um desafio para a valorização dessas populações.

Em segundo plano, outro fator relevante é o silenciamento midiático em torno das comunidades e dos povos tradicionais. Isso porque, de acordo com a filósofa brasileira Djamila Ribeiro, é preciso tirar uma situação da invisibilidade para que soluções sejam promovidas. Nesse sentido, entende-se que um dos impulsionadores da problemática é a falta de debates e discussões sobre essas populações, a exemplos das “Quebradeiras de Coco Babaçu”, nos meios midiáticos, já que inúmeros indivíduos desconhecem a existência dessas comunidades. Como consequência disso, a valorização dos saberes e das culturas dos povos tradicionais não é uma realidade no Brasil.

Depreende-se, portanto, a necessidade de combater tais obstáculos na sociedade brasileira. Para isso, é fundamental que o Ministério da Educação (MEC), por intermédio de verbas governamentais, utilize o capital para criar campanhas educacionais midiáticas sobre a existência e a importância da valorização de comunidades e povos tradicionais no país. Isso deve ser feito a fim de garantir a visibilidade e o reconhecimento dessas populações na sociedade. Assim, o Estado estará cumprindo, de fato, seu papel exposto no contrato lockeano.

O geógrafo Milton Santos, ao produzir o texto “As Cidades Mutiladas” afirmou que a democracia só é efetiva quando atinge a totalidade do corpo social, ou seja, na medida que os direitos são universais e desfrutados por todos. No entanto, ao observar as comunidades e povos tradicionais no Brasil, constata-se que seus direitos não têm sido pragmaticamente assegurados na realidade. Nesse sentido, é imprescindível enunciar o aspecto sociocultural e a inoperância estatal como pilares fundamentais da chaga.

Em primeira análise, torna-se evidente a influência do fator grupal na questão. Nesse ínterim, o pensador Jurgen Habermas afirmou que a razão comunicativa - isto é, o diálogo - constitui um aspecto fundamental no desenvolvimento da sociedade. Desse modo, a falta de estímulo ao debate, em setores escolares e familiares, a respeito de comunidades históricas nacionais, impede o progresso social, visto que povos como pescadores, ribeirinhos e ciganos, tradicionais no Brasil, ficam marginalizados nos grandes centros urbanos pelo desconhecimento popular, o que afeta o direito ao bem-estar social desses cidadãos. Destarte, a discussão a respeito do tema supracitado possui convergência com a garantia de direitos e valorização desses povos.

Ademais, é oportuno assinalar que a falta de ação do Poder Público corrobora à persistência da problemática. A esse respeito, o filósofo da Antiguidade grega Aristóteles afirmou que o objetivo da política é promover vida digna aos cidadãos. Contudo, a conjuntura vigente contrasta o ideal aristotélico, posto que a visão do agronegócio, setor econômico influente, estrita ao capitalismo, desconsidera a defesa da sociobiodiversidade, inerente aos povos indígenas, e avança, com facilidade, sobre territórios de preservação, pois a fiscalização estatal é ineficaz. Assim, indubitavelmente, faltam medidas efetivas pelas autoridades competentes para assegurar o direito à moradia dessa população.

Inferre-se, portanto, que o imbróglio abordado necessita de uma ótica positiva para o futuro. Nessa perspectiva, cabe ao Ministério da Educação incluir no calendário escolar palestras, serem feitas para sociólogos contratados por meio de verbas públicas, pagos através dos impostos pelos cidadãos, que ensinem os estudantes sobre povos e comunidades tradicionais brasileiros, a fim de que a nova geração conheça, valorize e respeite essa parcela da população. Dessa forma, espera-se aplicar o ideal de Milton Santos ao garantir o direito de todos e construir uma democracia mais efetiva.

A Constituição Federal de 1988 reconhece e garante proteção social aos indígenas e a outros povos originários brasileiros, os quais, com seus saberes tradicionais e suas relações intimistas e respeitadas com a natureza, são extremamente importantes para a conservação ambiental e para a preservação da história e da diversidade cultural do país. Todavia, mesmo com sua essencialidade e seus direitos previstos pela Carta Magna, a vivência da comunidade e suas terras são ameaçadas constantemente, uma vez que ainda não há políticas públicas eficazes que garantem a sua proteção. Ademais, existe um eurocentrismo muito grande na sociedade e, por isso, no Brasil, pouco se discute, nas escolas, sobre esses grupos. Tais situações são, portanto, verdadeiros desafios para a valorização e preservação dos povos tradicionais.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que, conforme a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 3º, é dever do Estado garantir o bem-estar da população. No entanto, atualmente, no país, os direitos e a qualidade de vida dos grupos tradicionais têm sido ameaçados, já que não há políticas públicas eficientes para proteger esses povos. Nesse sentido, observa-se, infelizmente, diversos casos, veiculados pela mídia nacional, de grandes propriedades de terras e empresas mineradoras desmatando e invadindo as terras dessas comunidades, visando à exploração de recursos naturais e ao lucro, o que é uma ameaça aos seus territórios, suas vidas e suas memórias culturais. Desse modo, a persistência de tal condição ameaçadora demonstra a ação falha do Estado ao não conseguir garantir segurança e bem-estar a esses indivíduos. Assim, com sua vivência, história e memória em risco, há uma grande dificuldade para que a valorização de suas tradições ocorra. Logo, novas ações de fiscalização e proteção, por parte do Governo são necessárias.

Além disso, há ainda, no Brasil, um etnocentrismo e um eurocentrismo, ou seja, uma valorização da cultura branca e europeia, muito acentuados, o que contribui para que estereótipos colocado a esse grupo como indivíduos selvagens e sem organização social permanecem no corpo social e para que se discuta muito pouco sobre os povos tradicionais, principalmente, nas escolas. Dessa forma, assiste-se a séries e filmes americanos, escuta-se músicas internacionais como “K-Pop”, e pouco é difundido sobre o “rap” indígena, suas comidas tradicionais e seus saberes ancestrais, por exemplo. Por consequência, as crianças crescem desconhecendo a cultura local e sem entender a importância e o valor das comunidades originárias nacionais.

Destarte, os povos tradicionais são essenciais para a construção da história, identidade, cultura e memória do país. Contudo, esse grupo é pouco valorizado e sua vivência e direitos têm sido ameaçados. Então, cabe ao Poder Público, autoridade e protetor da nação, criar na área da segurança, melhor monitoramento dos limites dessas terras e aplicação de punições financeiras às empresas que tentarem invadir essas áreas. A finalidade dessas ações é proteger as comunidades originárias e, por conseguinte, conservar sua cultura. Outrossim, é importante que o Governo incentive o ensino sobre a história e tradições desses indivíduos com palestras e inclusão dessa discussão na matriz curricular, a fim de que as crianças aprendam a valorizar os povos tradicionais e as diversidades.

Atualmente, no mundo contemporâneo e globalizado, o alto fluxo de pessoas e de mercadorias entre nações faz com que os padrões de consumo e modos de produção não representem mais sua cultura. Essa dissociação entre trabalho e cultura faz com que se tornem essenciais o registro e a preservação dos costumes dos povos tradicionais, a fim de manter uma identidade nacional. Contudo, no Brasil, a valorização das comunidades tradicionais é dificultada pela invasão de terras indígenas e pela ineficácia do Estado em registrar e proteger a cultura de outros povos identitários.

Considerando-se isso, um dos maiores desafios para a manutenção das culturas dos povos autóctones no Brasil está na invasão de reservas indígenas para o garimpo e desmatamento ilegais. Recentemente, houve um aumento considerável na área atingida por queimadas na região norte do país, segundo dados do Inpe, em comparação aos anos anteriores. Essa destruição da flora e, conseqüentemente, da fauna brasileira dificulta a subsistência de comunidades originárias isoladas, seja pela fome, pela contaminação das águas ou pelo homicídio. Isso se reflete pelos constantes pedidos de socorro enviados por lideranças indígenas cuja população está ameaçada, como Ailton Krenak, o qual denunciou o massacre e o desaparecimento de indígenas de sua etnia por conta do extrativismo ilegal. Assim, torna-se evidente que a invasão de terras habitadas por comunidades tradicionais dificulta a preservação de seu patrimônio cultural, visto que também impede sua sobrevivência.

Além disso, outro fator agravante para a perda e desvalorização de conhecimento dos povos tradicionais está ineficácia do Estado brasileiro em criar e manter patrimônios culturais que representem essas comunidades devido ao seu passado histórico. Durante o período da ditadura militar, o governo negava a importância dos costumes ancestrais brasileiros, passando até mesmo a reprimí-los. No meio urbano, isso se dava pela punição à “vagabundagem”, a qual levava à prisão de comunidades negras de origem africana, enquanto no meio rural houve uma grande mobilização militar para o extermínio de indígenas, como aquele realizado pelo Coronel Pinheiro. Hoje, embora haja um lento processo de negligência do Estado em registrá-los e protegê-los. Assim, é essencial a investigação e reconhecimento do passado brasileiro para valorizar essa cultura.

Portanto, é dever do Governo Federal, devido à sua estrutura e abrangência sobre o território nacional, demarcar mais reservas indígenas, como previsto na Constituição de 1988, além de registrar outros patrimônios culturais dos povos nativos. Isso deve ser feito por meio de políticas e projetos públicos com a articulação de órgãos de pesquisa antropológica a fim de promover a valorização desses povos tradicionais brasileiros para, assim, manter a cultura nacional em meio a crescente generalização do modo de vida globalizada.

Segundo a filósofa Nancy Fraser, as injustiças são frutos da má distribuição de bens e da falta de reconhecimento de grupos, ou causas, pela sociedade. Desde sua formação, o Brasil apresenta relações conflitantes envolvendo seus povos integrantes e, atualmente, há diversos desafios para que essas comunidades tradicionais sejam, realmente valorizadas e respeitadas nacionalmente. Essa ausência de “aceitação” desses grupos se dá pela “rotulação” desses indivíduos e pela negligência do Estado, sendo essencial combatermos essa problemática.

Nesse contexto, embora tenha ocorrido diversos movimentos, objetivando a visibilidade dessa parcela da população, ela ainda sofre com a difusão de estereótipos de sua cultura. De acordo com Levinas, filósofo, a ética deve ser baseada na alteridade, com o reconhecimento da autonomia e da singularidade alheia, respeitando-se as diferenças. Porém, isso não se mostra presente em nosso país que, ao ter sua razão tornada política, carrega preconceitos internalizados, rejeitando as contribuições e ideais dessas comunidades, além de isolá-las a determinadas funções e ambientes sociais. Assim, a relação do “eu com o outro” é degradada, o que gera perdas coletivas e ameaça diversos costumes nacionais.

Outrossim, o precário investimento voltado a segurança desses povos coloca em risco suas autonomias e direitos. Analogamente ao que afirma o pensador Giorgio Agamben, a sociedade vivencia dois Estados: o de direito e o de exceção, sendo o último marcado pelo desrespeito às leis e por tratamentos parciais, tais condições se aplicam aos cidadãos tradicionais que por serem “minorias”, em sua própria terra, têm suas práticas e seus locais de trabalho, e vivência, como alvos do agronegócio e economistas, que, “pelo bem da nação”, querem utilizar esses espaços para atividades mais lucrativas. Desse modo, não só seus princípios são subjugados, mas suas profissões e lares também.

Portanto, para que a valorização de comunidades tradicionais exista no Brasil, é necessário que o Governo, como garantidor de direitos individuais, promova campanhas de valorização cultural, por meio de palestras, em escolas, abertas ao público e que foquem na importância e pluralidade identitária desses indivíduos, produzindo, ainda, propagandas veiculadas em rádios, “TV’s” e redes sociais desmentindo e corrigindo discursos preconceituosos, para que assim essa população seja, de fato, reconhecida e aceita por quem ela é. Ademais, é preciso que o Governo invista nas atividades, locais e familiares, exercidas por esses cidadãos, com a oferta de incentivos a eles e assegurando suas terras, com a implementação de auxílios e bolsas para formas de produção sustentáveis e que sejam ecológicas, a fim de, finalmente conseguirem viver de acordo com seus ideais (e costumes) e, reafirmarem seu valor para a cultura e para a diversidade brasileira.

Os povos tradicionais são grupos de indivíduos que possuem uma relação harmoniosa de viver e produzir com a natureza, por exemplo indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Dessa forma, são comunidades que utilizam a fauna e a flora conscientemente para obter alimento, água e moradia, de modo a usufruir de apenas o suficiente para suprir suas necessidades, preservando o meio ambiente. Nesse sentido, é de suma importância debater sobre alguns desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil: a inação das esferas governamentais e a falta de conscientização da população.

Sob essa óptica, vale destacar a escassez de políticas públicas voltadas para atender as demandas dessas sociedades. Nesse viés, de acordo com o filósofo Hegel, no conceito de “Estatolatria”, é função governamental garantir o bem-estar da população, assim como conciliar as contradições humanas. Contudo, o Estado brasileiro não promove ações que visam fornecer auxílio e valorização são grupos tradicionais, como a demarcação de territórios e o conhecimento do direito desses povos sobre a terra e as práticas socioculturais realizadas nela. Logo, uma falta de iniciativa dificulta a preservação da natureza e do patrimônio cultural dessas comunidades.

Ademais, é necessário ressaltar a estigmatização sofrida pelos povos tradicionais. Dessa maneira, segundo o pensador Francis Bacon, a sabedoria pode e deve alterar a realidade humana, de modo a buscar o progresso e as melhores condições cotidianas. Entretanto, devido ao fato de grande parcela da população brasileira não ter conhecimento sobre a importância dessas comunidades para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, rotulam os indivíduos pertencentes a essas sociedades como pessoas preguiçosas, que não gostam de trabalhar e querem usufruir gratuitamente das terras do Governo. Desse modo, essa visão negativa à respeito dos grupos tradicionais contribui para a desvalorização de suas culturas e estilos de vida.

Portanto, fica evidente a necessidade de buscar intervenções com o objetivo de intensificar a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil. Para isso, o Governo Federal, como mantenedor do bem-estar social, deve realizar a identificação e reconhecimento de comunidades tradicionais e suas terras por todo o território nacional, por meio da promoção de pesquisas de campo com a contribuição do Ministério do Desenvolvimento Social e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, a fim de garantir a preservação desses povos e suas práticas socioculturais. Além disso, a mídia precisa conscientizar a população sobre a importância dos grupos tradicionais para a preservação do meio ambiente, por intermédio de propagandas, as quais deverão divulgar informações sobre essas comunidades, como suas práticas culturais e onde vivem com o objetivo de promover a valorização desses povos. Quiçá, assim, tal hiato reverter-se-á na sociedade brasileira.

A literatura nacional é um excelente instrumento para valorizar populações tradicionais brasileiras, como os indígenas no Romantismo. Entretanto, somente uma representação alegórica ou idealizada não é o bastante para a apreciação da complexidade cultural das comunidades típicas do Brasil. Por essa razão, a representatividade e o exercício das leis devem ser tratados como os maiores desafios à valorização dos agrupamentos característicos do país.

Sob esse viés, ter pouca representação é uma barreira, porque é associada a baixa importância pela mente humana. Tal aspecto é abordado pelo estudioso, Daniel Khanemam, explicando que as pessoas estimam a importância de algo para facilidade em recuperá-lo na memória. Dado que populações ribeirinhas, indígenas, etc. são pouco presentes em suportes midiáticos, como televisão, eles geram pouca memória, logo, baixa importância.

Além disso, não praticar as leis é um outro entrave, pois existe o direito, mas, não há a efetivação deles. Nesse sentido, Sérgio B. de Holanda defende que, no país, as leis possuem um caráter ornamental, isto é, são mais enfeites do que instrumentos práticos. Disso decorre o caso indígena, há um estatuto que os protege, todavia, suas terras continuam sendo invadidas ilegalmente, evidenciando assim, o descompasso entre teoria e realidade.

Em síntese, o conhecimento incipiente e leis restritas ao papel são desafios ao reconhecimento dos povos tradicionais, porém, existe uma solução. Para tanto, cabe ao Estado – através de parcerias com a grande mídia – celebrar programas televisivos com representantes dessas comunidades, ensinando sua cultura e como acessá-la, a fim de valorizá-la. O Estado deve também aumentar a fiscalização, coibindo infrações ao código estabelecido. Assim, soluciona-se efetivamente tais desafios.

No início do ano de 2022, o indigenista Bruno foi assassinado quando buscava informações sobre garimpos ilegais em territórios indígenas da Amazônia. O notável caso ocorrido no Brasil evidencia a dificuldade para a valorização de povos e comunidades tradicionais, acusada pela ignorância sobre a riqueza e diversidade cultural desses grupos e pela supervalorização dos aspectos monetários. Nesse contexto, são necessárias mudanças nas estruturas sociais para a garantia de dignidade humana, prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovida pela Organização das Nações Unidas e ratificada na Constituição de 1988.

De início, é essencial analisar a imagem do senso comum, que é reducionista sobre os povos tradicionais tais estereótipos foram formados durante a busca de um herói nacional no Romantismo brasileiro, um indígena idealizado como “bom selvagem”. Essa construção é problemática, já que ofusca a diversidade cultural ao não representar fielmente as dezenas de comunidades reconhecidas pelo Estado. Com isso, é indispensável a alteração do pensamento popular.

Além disso, a perspectiva econômica supervalorizada é crucial para a interpretação sobre a desvalorização das tradições desses povos. Exemplificada no Fordismo, forma de administração empresarial, a busca por eficiência na produção tornou-se um dos fundamentos da sociedade capitalista. No senso comum, os modelos tradicionais são vistos, etnocentricamente como ineficientes, tal olhar é errôneo, devido à falta de consideração de sua sustentabilidade na relação com a natureza e de direitos constitucionais à preservação de territórios e da cultura. Nesse sentido, necessita-se desconstruir as ideias erradas a cerca do assunto.

Em suma, a dificuldade para a valorização de povos tradicionais envolve o desconhecimento da população e a necessidade de consideração de questões socioambientais. Assim, o Governo Federal, autoridade do Executivo nacional, deve promover ações educativas e fiscalizadoras, por meio de seus Ministérios da Educação e dos Direitos Humanos, a fim de reduzir ações preconceituosas contra esses grupos sociais. Dessa forma, obtem-se uma sociedade com maior dignidade e respeito aos Direitos Humanos.

“ Ostenta esse outro/Mas de olhos fechados/Que de onde vem, você não quer saber”. Esse trecho é cantado pela artista Kaê Guajajara na música “Barriga de Peixe”, parceria com a banda Mulamba. Tais versos fazem referência ao garimpo ilegal em áreas de reservas indígenas, atividade que coloca em risco dezenas de povos hoje. Nesse contexto, as comunidades e os povos tradicionais brasileiros são pouco valorizados, o que é resultado da mentalidade capitalista e da falta de conhecimento sobre esses grupos.

Primeiramente, o modo de produção capitalista, hegemônico no Brasil, não admite formas alternativas de organização social. Sob essa ótica, as sociedades de mercado são pautadas pelo lucro e estruturadas de acordo com a função do indivíduo na escala produtiva, ou seja, as pessoas são definidas pelas suas posições de trabalho e pelo seu poder aquisitivo. Nessa perspectiva, o valor de um ser humano dentro de tal lógica é baseado no quanto ele produz e consome, pois o que interessa para a manutenção do mercado é a geração de lucro, que permite o acúmulo de capital. Por outro lado, muitos dos povos originários não enxergam a existência humana desse ponto de vista. Isso é refletivo na obra “Ideias Para Adiar o Fim do Mundo”, de Ailton Krenak, na qual ele revela que, para a etnia Krenak, a vida está profundamente ligada à natureza e à ancestralidade, de modo que esses aspectos são mais importantes para eles do que bens materiais como celulares, joias ou automóveis. Tal modo de pensar é visto pelos capitalistas e detentores de poder econômico como uma ameaça ao sistema que lhes enriquece e, por isso, é combatido, a partir do extermínio desses povos e de seus aliados. Um exemplo disso é o caso do assassinato de um jornalista britânico e um ambientalista brasileiro, no início de 2022, que, segundo a BBC Notícias que trabalhavam em uma obra sobre a proteção de indígenas amazônicos. Logo, o modo de vida capitalista desvaloriza as comunidades tradicionais.

Ademais, a falta de conhecimento sobre os povos tradicionais dificulta a valorização deles pela população. Nesse sentido, a maioria da sociedade brasileira é criada com costumes ocidentalizados, baseados na lógica de consumo e de vivências europeias, que resultam da colonização e desconsideram as experiências e a cultura das populações tradicionais. Por conta disso, os brasileiros pouco aprendem sobre a vida e a realidade de indígenas, quilombolas, povos de terreiros e outros grupos com quem compartilham o mesmo país. Esse desconhecimento gera preconceitos e, conseqüentemente, a exclusão social dessas comunidades, por terem hábitos e tradições diferentes, julgadas como erradas ou não civilizadas. Tal comportamento pode ser reconhecido em falas do presidente Jair Bolsonaro, que alegou em vídeo ter sido convidado por um grupo de indígenas a consumir carne humana. A antropofagia, porém, além de ser um costume não comprovado em algumas etnias, teria um significado espiritual, não relacionado à alimentação. Desse modo, a aversão ao diferente promovida pela ocidentalização da população desvaloriza culturas originárias.

Portanto, a fim de valorizar comunidades e povos tradicionais, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos deve promover políticas de proteção a esses grupos, por meio da fiscalização eficiente das áreas reservadas a eles. Em detalhe, os fiscais devem garantir a segurança dessas populações, impedindo a entrada de empresas e exploradores predatórios nas reservas. Ainda, o Ministério da Educação deve criar campanhas de conscientização sobre tais povos, por meio do encontro com eles em escolas, a fim de proporcionar a troca de conhecimentos entre diferentes culturas. Assim, será possível mudar a dolorosa realidade cantada por Kaê Guajajara em “Barriga de Peixe”.

O livro “Nove Noites” do escritor Bernardo de Carvalho aborda a situação de vulnerabilidade social o que aldeias indígenas estão submetidas no Brasil, pois são vítimas de violência por pessoas interessadas em seus territórios e possuem seus direitos legais desrespeitados. Tal situação evidencia a desvalorização das comunidades e povos tradicionais brasileiros, sendo esses os indígenas, quilombolas, além de outros 26 reconhecidos legalmente. Essa problemática possui origem histórica e acarreta no desrespeito aos direitos legais dessas populações.

O processo de formação do Brasil corrobora a desvalorização das comunidades tradicionais atualmente. Isso porque o desrespeito com a cultura divergente teve origem com a chegada das primeiras embarcações portuguesas ao que se tornaria o território brasileiro, já que foi introduzido um processo de colonização pautado na aculturação dos povos indígenas. Além dos povos originários, o mesmo ocorreu com os africanos escravizados, que foram violentamente forçados a negar sua cultura e identidade e foram submetidos à religião católica europeia. Diante desse contexto, formou-se uma sociedade que nega as demais culturas além da europeia, o que leva à desvalorização das comunidades culturalmente diferentes, visto que sua identidade não é legitimada pela cultura dominante. Sendo assim, é evidente a influência do processo histórico de colonização do Brasil no desrespeito aos povos tradicionais.

Consequentemente, as comunidades tradicionais enfrentam desrespeito aos seus direitos legais. Na obra “cidadão de papel”, o jornalista brasileiro Gilberto Dimenstein aborda a existência de direitos assegurados pela legislação brasileira, mas que não são cumpridos na prática. Sob essa lógica, as comunidades tradicionais possuem uma cidadania de papel, visto de a Carta Magna Brasileira assegura proteção a tal comunidade, assim como ao seu território obtido pela demarcação territorial. No entanto, tais garantias legais não são asseguradas na prática, devido à falta de reconhecimento desse povo como legítimos de tais direitos. O genocídio da comunidade indígena Yanomami por garimpeiros ilegais interessados nos minerais metálicos presentes em seu território é exemplo dessa análise. Logo, o desrespeito a essa população favorece a negligência aos seus direitos.

Portanto, é necessário que medidas sejam tomadas para combater a desvalorização das comunidades e povos tradicionais no Brasil. Assim, cabe ao Ministério da Cidadania, por meio da secretaria da Cultura, promover a conscientização da população brasileira acerca da importância das demais culturas, por meio de campanhas educativas, além de promover espaços públicos para apresentação e explicação de aspectos das culturas dos povos tradicionais, como exposições em museus com visita guiada, a fim de inserir socialmente tais povos. Ademais, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social, em conjunto com a Polícia Federal, promover uma maior fiscalização dos crimes cometidos contra tais comunidades, por meio de investimento nas investigações de tais crimes, além da punição dos responsáveis, com o objetivo de assegurar os direitos legais de tais povos.

Darcy Ribeiro aponta que a principal característica antropológica do país “canarinho” é a sua imensa diversidade étnica e cultural. Todavia, embora o Brasil seja um “gigante miscigenado”, vários povos e comunidades tradicionais, como pescadores artesanais e quebradeiras de coco babaçu, ainda não são reconhecidos pela legislação. Nesse sentido, é possível afirmar que a valorização desses indivíduos é um grave desafio a ser superado, o que se sustenta não só em função da negligência estatal, mas também em função do silenciamento da sociedade civil.

Em primeira instância, a inércia do poder público é o principal catalisador da problemática. Paralelamente, o filósofo contratualista Hobbes afirma que o Estado é o responsável pelo bem-estar social de toda a sociedade. Entretanto, em oposição do ideário do pensador, nota-se que os governantes não têm honrado com as suas responsabilidades, uma vez que, frequentemente, eles preocupam-se exclusivamente em tornar medidas que ajudem na perpetuação de suas ideologias e partidos no poder, ao invés de se preocuparem com medidas realmente necessárias ao bem-estar social, como a garantia dos direitos legais desses povos. Assim, a negligência estatal gera, indubitavelmente, a desvalorização e marginalização das comunidades tradicionais no Brasil.

Além disso, vale ressaltar que a falta de debates acerca do tema contribui para a latência do problema. Sob esse viés, o escritor inglês Aldous Huxley diz que: “não é porque um faro é ignorado que ele deixa de existir”. No entanto, apesar do Estado não garantir os direitos desses povos, pouco se fala sobre o fato, como se ele não existisse, e, por conseguinte, a população deixa de cumprir seu dever de pressionar o governo a valorizá-las. Logo, é fundamental que se acentue o debate acerca da inclusão legal desses povos e comunidades tradicionais.

Portanto, é imprescindível que seja criado, pelos movimentos sociais, o programa “Brasil de Todos”. De modo geral, ele se dará por meio da organização de comícios públicos nas principais cidades do país, com a participação de sociólogos e antropólogos. Enfim, faz-se isso para conscientizar a população e, com o auxílio dessa, pressionar o estado a valorizar essas comunidades, ou seja, para que seja possível, finalmente, a construção de um Brasil que valorize sua própria diversidade, como defendia Darcy Ribeiro.

O Quilombo dos Palmares e o Arraial de Canudos foram, em seus distintos contextos históricos, ambas manifestações de modos de vida próprios, divergentes da ordem política em vigor e, por essa razão, destruídos. Ao tratar de Canudos na obra “Os Sertões”, Euclides da Cunha destaca a organização do arraial e o modo sensacionalista que a imprensa da época se referia à comunidade para legitimar a agressão. Nesse sentido, embora no contexto atual avanços legais ofereçam proteção física a povos tradicionais, o reconhecimento coletivo dessas manifestações sociais está sujeito aos mesmos mecanismos inviabilizantes responsáveis pelo apagamento cultural e material de Canudos e Palmares. Logo, entende-se que os povos tradicionais não são valorizados coletivamente devido à ausência de veiculação de seus aspectos culturais nos meios de comunicações brasileiros, o que tem como resultado a sujeição dessas comunidades à lógica de mercado. Reforça-se, assim, a realização de reportagens que retratem esses povos.

Em primeira análise, destaca-se a falta de representatividade das diversas organizações tradicionais em veículos midiáticos como instrumental para a desfiguração dessas estruturas sociais no imaginário coletivo brasileiro. O historiador Jacques leGoff, em “História e memória”, aponta para o aspecto humano da construção e valorização do patrimônio cultural de um país. Nesse cenário, compreende-se que a escolha de uma única cultura para figurar em propagandas ou programas televisivos é, de fato, deliberada, refletindo os anseios de uma elite cultural. Dessa maneira, diante do alcance e penetração dos meios de comunicação na sociedade brasileira atual, a ausência de representatividade das comunidades tradicionais nesses canais implica um apagamento destas da memória coletiva. Assim, nesse diapasão, entende-se que a valorização dos povos tradicionais é comprometida por sua invisibilidade em veículos midiáticos, voltados à representação da cultura dominante.

Por conseguinte, observa-se uma tendência de desrespeito às organizações físicas dessa populações, consubstanciada na atuação expansiva de grandes empresas. De acordo com o jornal *Le Monde Diplomatique*, holdings como a Vanguard e a BlackRock financiam diretamente empresas mineradoras e madeireiras que produzem em territórios protegidos, como as Reservas Extrativistas, exclusivas ao uso de povos nativos. Nessa conjuntiva, a expulsão de comunidades tradicionais de seus locais de vivência provoca um descaracterização de sua cultura, uma vez que, para o intelectual indígena Ailton Krenak, a realidade física de povos nativos está indissoluvelmente ligada às suas manifestações de vida. Nota-se, dessa forma, que a própria existência de povos tradicionais está sujeita a um viés econômico destrutivo.

Portanto, ressalta-se a necessidade de políticas que destaquem as organizações e contribuições de povos tradicionais. Logo, cabe ao governo federal, a partir do Ministério da Comunicações, o financiamento de reportagens que retratem o cotidiano de povos tradicionais por meio de subsídios direcionados a mídias televisivas privadas. A finalidade dessa ação é a retratação fiel de comunidades autóctones que, diferente do tratamento dado a Canudos pela imprensa, oferece a oportunidade aos nativos de contar a sua própria história.

No ano de 1922, na cidade de São Paulo, ocorreu a Semana de Arte Moderna: movimento artístico que buscava romper com a mentalidade vigente e propor uma nova arte para o Brasil. Nesse contexto, artistas como Mário de Andrade apresentaram visões inovadoras à respeito dos povos tradicionais brasileiros, valorizando suas influências na cultura nacional. No entanto, apesar dos esforços do movimento modernista, ainda se encontram desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no país, como a mentalidade eurocêntrica e o domínio do capitalismo sob a natureza. Logo, é necessário refletir acerca das causas da problemática e das medidas para sua superação.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, em função da dominação portuguesa, a visão social brasileira está imersa em conceitos eurocêntricos. Prova disso é o direcionamento de políticas públicas, após a Proclamação da República, baseadas no Positivismo, de Auguste Comte, doutrina que associa progresso social ao desenvolvimento científico nos moldes europeus. Em outras palavras, afirmaram-se na ideia de progresso preceitos replicadores das estruturas de dominação européias, as quais entram em conflito com as organizações sociais de comunidades tradicionais. Dessa maneira, os alicerces sociopolíticos e culturas dos povos mencionados são classificados como inferiores e incompatíveis com o avanço social.

Além disso, a mercantilização dos recursos naturais é um importante entrave para a convivência harmônica entre grupos urbanos e tradicionais. De acordo com o pensador Karl Marx, a mercadoria é o centro do sistema econômico vigente, sobrepondo-se a todas as esferas da vida humana. Nessa ótica, o modo de produção capitalista atua de modo predatório em relação à natureza, comprometendo a sobrevivência de conjuntos populacionais dependentes dela. Fora das teorias econômicas, acontecimentos como o rompimento de barragens de empresas mineadoras em Minas Gerais permitem conclusões idênticas: no Brasil, as preocupações com o bem-estar das comunidades tradicionais são silenciadas em nome do lucro. Assim, o caráter insustentável do capitalismo é evidente.

Portanto, medidas precisam ser tomadas para a melhora do quadro atual. Para que o bem-estar coletivo seja garantido, urge que o Estado Brasileiro, responsável pela garantia da cidadania no país, crie quadros, compostos em sua totalidade por representantes de grupos tradicionais, em todos os Ministérios do Governo Federal. Nesse viés, leis devem ser criadas, determinando cotas de participação nos órgãos públicos, a fim de assegurar a representatividade política da população citada. Através dessas medidas, os estigmas reproduzidos pelo Capital e pela sociedade serão combatidos por suas vítimas de forma direta, as quais finalmente terão a valorização almejada pelos modernistas há cem anos.

Na filosofia empirista, tem-se o preceito: ser é ser percebido. Sob essa óptica, é evidente que as comunidades e os povos tradicionais brasileiros necessitam de maior visibilidade para se autoafirmarem e serem reconhecidos pelo restante do corpo social. No entanto, a ineficiência estatal em garantir os direitos constitucionais e o costume social de inferiorizar os aspectos da cultura nacional constituem obstáculos a essa valorização dos povos tradicionais do Brasil.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que o Estado se revela incapaz de segurar os direitos aos povos tradicionais, acarretando a desvalorização desses. Isso porque uma parcela desses grupos não é contemplada com os preceitos constitucionais básicos, a exemplo de uma região demarcada, na qual seja possível expressar sua cultura e obter os insumos para a sua sobrevivência. Esse contexto acarreta o enfraquecimento da democracia, uma vez que os direitos estabelecidos na constituição não atingem a totalidade do corpo social, de modo a evidenciar a inserção da conjuntura brasileira no conceito de “Cidadania Mutiladas”, equacionado pelo geógrafo Milton Santos e que caracteriza uma sociedade na qual a garantia dos direitos não é plena com isso, nota-se a urgência em assegurar plenamente a efetividade da constituição para atingir a valorização dos povos tradicionais.

Além disso, a preferência por produtos culturais estrangeiros dificulta a valorização dessas comunidades. Desde a colonização do Brasil, em 1500, inseriu-se no ideário social um modelo eurocêntrico de percepção do mundo, o qual inferiorizava as lógicas tradicionais do território brasileiro. Diante disso, movimentos como o Modernismo, no século XX, tentaram – sem completo sucesso – reverter essa situação e valorizar a cultura nacional, tal como evidenciado pelo “Manifesto Antropológico” de Mário de Andrade. Desse modo, visto que, consoante a ativista Marilena Chaui, o homem é um ser cultural e age conforme as convenções sociais, é necessário desconstruir as formas quinhentistas de pensamento para que a valorização dos povos e das comunidades aconteça, tal como idealizado pelo Modernismo.

Conclui-se, portanto, que são necessárias medidas para promover a valorização desses povos. Para isso, é imprescindível que o Governo Federal promova uma política de cotas para a composição da bancada de deputados, de modo a garantir aos povos tradicionais representatividade e meios para obtenção e consolidação de seus direitos constitucionais. Além disso, é de suma importância que haja conscientização do corpo social acerca da diversidade cultural existente no território brasileiro, por meio de palestras orquestradas pelos representantes dos grupos tradicionais, com o intuito de divulgar e conceder visibilidade aos aspectos de suas culturas. Para que assim sejam percebidos e, conseqüentemente, valorizados.

Naquela que é uma das obras mais importantes da literatura nacional, José de Alencar conta o trágico enredo de uma indígena que morre e tem seu filho levado para a Europa pelo português por quem tinha se apaixonado. Nesse sentido, “Iracema” é uma alegoria sobre a saga brasileira, que explora e exporta os produtos da terra, mas condena à morte os habitantes e seus costumes originais. Dessa forma, observa-se que a desvalorização das comunidades tradicionais no Brasil é resultado da manutenção de uma ideologia colonial que busca o apagamento dessas culturas.

Sob esse viés, vale apontar como o processo histórico promoveu um verdadeiro genocídio contra os povos originários. Nesse aspecto, o filósofo Achilles Mbombe desenvolveu o conceito de necropolítica, sendo essa definida como o uso do poder para decidir quem deve viver ou morrer. De fato, desde a invasão portuguesa, as populações tradicionais foram sistematicamente perseguidas, sendo a elas negadas todo e qualquer direito, inclusive, o de existir. Isso porque o projeto de país que foi construído é fundamentado em um ideário eurocêntrico, no qual apenas o modelo social e econômico da gente branca é válido. Consequentemente, decidiu-se que era necessário apagar as outras culturas, proibindo suas línguas, tomando suas terras e matando todos aqueles que representassem uma ameaça a essa hegemonia. Portanto, fica claro que o apagamento dos povos tradicionais é uma herança colonial sedimentada ao longo de cinco séculos.

Do mesmo modo, ainda hoje essas populações são despidas de seus direitos, com consequências que põem em cheque o destino do país. Nesse contexto, Ailton Krenak, líder do povo Aimoré, afirma que o Brasil segue em guerra contra os povos originais. Tal tese é respaldada por inúmeros exemplos, como o preconceito contra religiões de matriz africana e a invasão de terras indígenas por madeireiros, garimpeiros e grileiros. Contudo, os efeitos dessas violações já recaem sobre a totalidade dos brasileiros, através da mudança climática e da degradação ambiental que não se restringe ao seu território. Por esse motivo, os povos tradicionais, cuja cultura é pautada pela relação harmônica com o ecossistema, possuem uma sabedoria indispensável para restaurar o equilíbrio entre homem e natureza. Logo, a preservação do futuro depende do respeito às comunidades e conservação de seus conhecimentos.

Diante disso, torna-se evidente que a validação das comunidades tradicionais é o principal obstáculo para a garantia dos direitos dessa população. Sendo assim, cabe ao Estado, cujo norte é a Constituição, reconhecer seu papel no apagamento cultural e buscar reparação histórica através de políticas públicas para preservar seus saberes. Logo, cabe ao Ministério da Educação, responsável pelas diretrizes educacionais no Brasil, a inclusão de língua e culturas tradicionais na grade escolar. Tal medida teria a capacidade não só de perpetuar esses conhecimentos, mas também de ensinar o respeito aos povos que os desenvolveram, rompendo com a hegemonia eurocêntrica que quer morta Iracema.

O romance “Iracema”, do autor José de Alencar, retrata de forma idealizada o encontro entre a indígena e um colonizador, uma relação que, no decorrer do enredo, varia a formar a “origem” do povo brasileiro. Entretanto, sabe-se que fora do mundo ficcional, as interações entre europeias e povos tradicionais foram marcadas por extrema violência e repressão, fazendo com que tais grupos sejam marginalizados até a contemporaneidade. Desse modo, são nítidos os obstáculos para a valorização dessas minorias no país, como a beneficência estatal e o predomínio de uma visão estritamente econômica.

Em primeiro lugar, percebe-se que o descaso governamental em relação aos povos tradicionais agrava tais questões. O filósofo polonês Zygmunt Bauman descreve sua teoria que existem instituições incapazes de exercer sua função social no contexto pós-moderno, denominadas de “instituições zumbis”. Ao analisar a situação vivenciada por indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais, nota-se que o Estado, apesar de tentar propor medidas, é insuficiente no que tange à resolução dos problemas enfrentados por esses aglomerados minoritários, visto que as políticas implementação são pouco eficazes, devido à baixa adesão dos cidadãos, comprovando a teoria de Bauman e classificando o Estado como “zumbi”.

Além disso, é perceptível que o desinteresse populacional está diretamente relacionado à ótica desenvolvimentista, que prioriza a produção em detrimento da natureza. De acordo com o renomado geógrafo Milton Santos, a plena cidadania e a democracia apenas serão alcançadas a partir da extinção de desigualdades sociais, logo, existe a necessidade de equidade no tratamento com todos os indivíduos. Todavia, tal objetivo não é alcançado na realidade, visto que episódios como os incidentes de Mariana e Brumadinho, causados por grandes empresas e a permissão de garimpo em terras indígenas explicitava a visão de uma sociedade pautada no consumo, e que permite a perpetuação de disparidades sociais para tal fim.

Portanto, há a imprescindibilidade de uma mudança de postura estatal para a valorização dos povos tradicionais ser alcançada. Dessa maneira, cabe ao Ministério da Educação promover campanhas de conscientização, por meio de aulas e palestras, em instituições de ensino desde a educação básica, visando inserir no ideal popular a importância desses grupos na formação identitária brasileira bem como a necessidade do respeito em relação às minorias. Assim, espera-se que a nação brasileira valorize tais comunidades em todo o território nacional, promovendo o respeito mútuo entre os indivíduos.

A obra cinematográfica “Tainá” retrata o cotidiano profundamente abalado de uma jovem indígena pela chegada de exploradores em sua região, dando início a um grave conflito entre a criança que tenta proteger a vida local e os homens ameaçadores que desejam destruí-la, tomando medidas desumanas em nome do capital. Dessa maneira, o filme é um claro exemplo do hodierno cenário de povos tradicionais no Brasil, dada a sua enorme desvalorização no país, algo que se reflete no frequentes episódios de violência que os atingem somados ao desrespeito de seus direitos como cidadãos, entraves que os afetam desde os primórdios colonizatórios nacionais.

Sob esse prisma, a pouca relevância atribuída a esses indivíduos possuem origens na conformação estrutural e social brasileira, enraizando-se na sociedade. Desse modo, desde o início da colonização lusitana, o privilegiamento das elites tornou-se fixo no país, já que todas as medidas estatais visavam favorecer essa minoria e os ciclos agroexportadores que comandavam em detrimento do restante da nação que, assim como as comunidades tradicionais, estavam submissos a esse meio político, perdendo seus direitos e sendo perseguidos para satisfazer os anseios capitalistas elitistas, o que culminou no genocídio desses grupos, algo que se perpetua até o presente nas áreas distantes em que os sobreviventes ainda residem. Logo, a desvalorização em debate é um processo histórico-social cujos resquícios persistem na atualidade.

Outrossim, somada a essa discriminação antiga, também há as marcas da violência originadas na disputa por direitos que deveriam ser garantidos a esses povos. Dessa forma, de acordo com o filósofo John Locke, é dever puramente estatal assegurar que os direitos básicos (como a questão fundiária) atinjam todos os cidadãos de modo igualitário, o que expõe as falhas do fraco governo brasileiro, visto que apesar de a Constituição vigente garantiu parcelas territoriais a esses povos tradicionais, isso não é respeitado nem fiscalizado na prática, algo claramente representado nas hodiernas disputas por terras no país, o que sujeita essas populações já subjugadas às ameaças violentas de posseiros, grileiros, mineradores e agropecuaristas que desejam expulsá-las para explorarem plenamente as regiões que elas ocupam. Em suma, o Estado não aplica fielmente aquilo que é proposto pela Legislação.

Portanto, faz-se necessário intervir na questão da valorização das comunidades tradicionais brasileiras. Para tanto, cabe ao Poder Legislativo, órgão máximo responsável pela área, produzir leis mais rígidas e eficientes que impeçam a perda de direitos desses povos, por meio de aprovação no Congresso Nacional, a fim de garantir maior igualdade entre os brasileiros. Ademais, cabe também ao próprio Estado mitigar e fiscalizar a violência nessas regiões, a fim de manter a ordem no país. Assim sendo, cenas problemáticas como as vistas em “Tainá” não mais ocorrerão em solo nacional.

Brasil, um país que olha para poucos

Zygmund Bauman defende que “não são as crises que mudam o mundo, mas nossas reações a elas”. Contudo, não se observa uma ação acerca da desvalorização sofrida por povos e comunidades tradicionais no Brasil, pois a sua cultura, costumes, territórios e direitos estão sendo desrespeitados. Nesse sentido, percebe-se o silenciamento midiático e o preconceito da sociedade como desafios desse problema.

Primeiramente, a existência de um silêncio das empresas de mídia é um dos fatores responsáveis pelo problema. De acordo com Djamila Ribeiro, uma situação precisa sair da invisibilidade para que surjam soluções. Porém, nota-se um silenciamento acerca das comunidades ancestrais porque, a mídia não difunde seu dia a dia, modo de vida e dificuldades vividas, impedindo que a população no geral possa reconhecer e valorizar sua cultura. Dessa forma, é preciso tirar o silenciamento dessa situação para ter uma resolução como defende a pensadora.

Além disso, o preconceito social é um desafio agravante desse cenário. Para Chimamanda Adichie, “a cultura não faz as pessoas, mas as pessoas fazem a cultura”. Tal pensamento defende a responsabilidade individual de mudar a mentalidade acerca dos povos tradicionais, visto que a sociedade coloca eles como inferiores, deslocados do “padrão”, dando assim maior valor à eles dificultando sua valorização. Logo, urge uma mudança individual para as comunidades tradicionais possuírem um maior reconhecimento.

Portanto, é imprescindível atuar no problema. Para isso, cabe as empresas midiáticas por meio de reportagens revelar o estilo de vida e cultura dos povos tradicionais a fim de acabar com o silenciamento do assunto. Tal ação pode, ainda, contar com o apoio de influenciadores digitais para auxiliar na disseminação das reportagens. Paralelamente, é necessário atuar sobre os preconceitos da sociedade. Assim, o Brasil será um país o qual valoriza todos os seus povos.

De acordo com a teoria filosófica proposta pelo pensador francês contemporâneo Jean-Paul Sartre, é imperativo que as ações humanas sejam pautadas na responsabilidade social, uma vez que posturas individuais são reverberadas em coletividade. Em contraposição ao referido princípio, verifica-se, no contexto brasileiro atual, a problemática dos desafios relacionados à valorização das comunidades e dos povos tradicionais do país, tendo em vista que, embora a importância social e ambiental dessas populações deva ser reconhecida, valores neoliberais fuertivistas associados à negligência estatal fomentam, diante da irresponsabilidade, sua marginalização. Logo, as implicações de tal fenômeno devem ser analisadas em direção ao compromisso pleno com a sociedade, em sua totalidade, e com a natureza.

Com efeito, é notável que as comunidades e os povos tradicionais brasileiros desempenham papel de fundamental relevância no cenário nacional a partir do estabelecimento de organizações harmônicas e não predatórias entre o homem e o meio em que vivem, além de, como parte da necessidade individual subjetiva de pertencimento, construir uma identidade que os caracteriza. Paradoxalmente, a preservação e o reconhecimento da importância dessas populações são infetivas diante da propagação de valores neoliberais, vinculados à exploração massiva de recursos naturais em função do máximo de geração de ferro para o sistema, de forma que é difundido o anseio por um estilo de vida materialista e consumista em detrimento da valorização das relações orgânicas de reciprocidade quanto à natureza. Outrossim, posturas omissas das estruturas governamentais potencializam a problemática na médica em que, ao longo de processos históricos, houve, por exemplo, o oferecimento de subsídios à população para a ocupação predatória da Amazônia, durante a Ditadura Militar, concretizando o subjugo de grupos de indígenas, extrativistas e ribeirinhos da região, pelo domínio dos migrantes.

Por conseguinte, tal conjuntura corrobora a repressão social e identitária das comunidades tradicionais, residentes, em sua maioria, no Norte e no Nordeste do Brasil, por meio de ameaças à reprodução do seu estilo de vida, evidentes frente ao incentivo à exploração da Amazônia por empresas estrangeiras na Zona Franca de Manaus e à expansão da fronteira agrícola do cultivo da soja, ampliado em direção aos estados da Bahia, do Tocantins, do Maranhão e do Piauí. Nesse cenário, a atividade de destruição, cuja origem é antrópica, desempenhada, nessas áreas do país, têm como consequência ambiental a alteração das dinâmicas climáticas em todo o território, uma vez que a diminuição da evapotranspiração florestal pelo desmatamento compromete a distribuição das chuvas no Sudeste e no Centro-Oeste pelas denominadas “rios voadores”, questão que evidencia os impactos coletivos associados à irresponsabilidade social nas ações humanas localizadas.

Portanto, de fato, embora a valorização das comunidades e dos povos tradicionais, no Brasil, seja essencial, estruturas neoliberais vinculadas à negligência governamental promovem sua supressão e sua marginalização. Desse modo, urge que o Estado, como regente da nação e promotor de políticas públicas sociais e ambientais, regule a iniciativa privada no que tange à exploração ambiental, por meio da criação de incentivos fiscais às empresas que exercitem e propaguem a economia sustentável. Assim, como objetivo, a harmonia entre a humanidade e a nobreza preposta pelas populações tradicionais efetivar-se-á pela responsabilidade social sartreana.

Segundo a Constituição de 1988, todo cidadão brasileiro têm direito de se expressar culturalmente e ser respeitado por tal ato. Entretanto, isso não se concretiza quando se observa a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil, cuja prática é dificultada pela degradação do meio ambiente e pelo desrespeito à diversidade cultural no país. Diante disso, é necessário superar tais desafios para valorizar essas populações em solo nacional.

Ao analisar tal problemática, é nítida a relação entre a degradação ambiental e a dificuldade na promoção de valorização desses povos. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, o avanço da fronteira agrícola resultou na destruição de diversos ecossistemas no país. Tal realidade é extremamente prejudicial às comunidades e povos tradicionais, pois o meio natural está relacionado com as suas expressões culturais e seus modos de vida. Pode-se citar, por exemplo, as quebra-deiras de coco babaçu, que dependem de uma espécie arbórea para sua sobrevivência - o que evidencia a importância da natureza. Dessa forma, a preservação do meio ambiente é fundamental para valorizar a cultura desses indivíduos e para promover uma melhor qualidade de vida a essa população.

Ademais, o desrespeito à diversidade no país é um grande obstáculo na promoção desse objetivo. No filme Irmão Urso, um caçador de ursos se transforma em uma de suas presas após matar um ser dessa espécie. Na obra, ele passa a compreender as dificuldades enfrentadas por estes animais e suas relações com o meio natural, superando a intolerância e a transformando no exercício da altividade. Embora seja uma ficção, o longa metragem indica que é entender as necessidades de cada parcela da população com a finalidade de se respeitar os diferentes corpos sociais da nação. Contudo, ao se observar as invasões às terras indígenas por parte do garimpo ilegal, evidencia-se que o respeito ao próximo é um grande desafio na realidade nacional, o que exige que as autoridades tomem ações afirmativas para superar esse problema relacionado à valorização de povos e comunidades tradicionais.

Em suma, a valorização de povos e comunidades tradicionais é um objetivo que necessita da superação de obstáculos que dificultam a concretização dessa meta. Com isso, urge que o governo federal e os estados da federação protejam esses povos e suas culturas. Isso será feito por meio de parcerias com empresas de mídia, que exibirão campanhas nos horários comerciais em prol da conscientização da população - com participação de pessoas influentes - com a finalidade de promover a alteridade. Além disso, deve haver também a mobilização das forças armadas para garantir a proteção do meio ambiente, tal proteção ocorrerá por meio de uso de tecnologia de sensoriamento remoto e pela formação de equipes especializadas em interromper atos ilegais - como o desmatamento e o garimpo irregular. Por conseguinte, será possível superar desafios ambientais e sociais em prol da promoção da valorização desses cidadãos brasileiros, possibilitando - também - a garantia de seus direitos à luz da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como “Cidadã”, representa um marco para a democracia brasileira uma vez que reconhece nos artigos 5 e 6 direitos e garantias universais, incluindo direitos sociais para todos os cidadãos, dentre eles os povos tradicionais. No entanto, passados mais de 30 anos, acontecimentos como as invasões recorrentes de terras indígenas e a pouca representatividade desses grupos no cenário político demonstram que ainda existem desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais.

Dentro dessa perspectiva, é importante ressaltar que as causas para a desvalorização da mencionada população são históricas e datam da invasão portuguesa ao território hoje denominado “Brasil”. Isso porque mais de 500 anos atrás, quando do contato entre colonizadores e índios, prevaleceu a visão etnocêntrica europeia de que os nativos eram inferiores e que ainda precisavam ser civilizados. Tal pensamento é comprovado pelas cartas de Pero Vaz de Caminha ao então rei de Portugal, por exemplo. Já nos dias atuais, esse preconceito com os povos tradicionais é perpetuado na sociedade em parte pelas próprias pessoas ao reproduzirem falas como “fazer programa de índio” e em parte pela grande mídia que por vezes retrata os povos tradicionais como um grupo homogêneo de “índios selvagens”, a exemplo da novela “Uga Uga” da Rede Globo.

Ademais, convém ressaltar que essa prevalência histórica de uma visão “branca” de desvalorização dos povos e comunidades tradicionais traz consequências e desafios diversos para o respeito dos direitos desses grupos. Dentre esses obstáculos, pode-se citar a questão do “Marco Temporal” que está em debate atualmente (2022) devido a não aceitação, por parte dos grupos economicamente dominantes, daquilo que diz a Carta Maior. Isso porque ela assegura o direito dos povos originários sobre as terras que eles originalmente ocupavam, porém empresas interessadas em áreas para a expansão do agronegócio e da mineração tentam modificar a interpretação da lei. Além disso, os direitos dos povos tradicionais têm sido sistematicamente desrespeitados em casos como a invasão de terras já demarcadas, a execução de líderes desses grupos que se opõem aos interesses do capital e a contaminação de suas terras com agrotóxicos muitas vezes proibidos.

Dessa forma, é de extrema importância que o Estado faça valer o que diz a Carta Magna no tocante à inclusão e ao respeito dos direitos das comunidades e povos tradicionais. Isso pode ser feito com o auxílio do Ministério da Educação e por meio de cartilhas distribuídas nas escolas para a conscientização das crianças e adolescentes. Assim, as gerações futuras crescerão sabendo valorizar a cultura e os saberes tradicionais, além de respeitar os grupos que são o berço da nação.

Nos quadrinhos da DC, a Mulher Maravilha faz parte de uma comunidade tradicional conhecida como “Amazonas”, composta por mulheres que têm como missão proteger a natureza. Essa ficção guarda relação com a realidade brasileira na medida em que o país é marcado pela presença de povos tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. No entanto, diferentemente do que acontece no universo da heroína, as comunidades caracterizadas pela reciprocidade com o meio ambiente no Brasil são desvalorizadas em decorrência dos impasses na formação dos jovens e da lógica capitalista.

Sob essa ótica, pode-se dizer que a instituição escolar brasileira possui uma lacuna que desafia a valorização de comunidades tradicionais. Isso acontece por conta do atual formato tradicionalista de ensino implementado por Getúlio Vargas no século XX, que cristaliza um modelo educacional que negligencia o aprendizado de temas transversais, como a importância da valorização de povos tradicionais. O resultado dessa lacuna escolar é o desconhecimento da população sobre a cultura de comunidades ligadas ao meio ambiente, o que faz com que a formação dos jovens seja um impasse à valorização desses povos no Brasil.

Além disso, a lógica capitalista também desafia a valorização das comunidades tradicionais, uma vez que os direitos dessas populações são ameaçados pela supervalorização do lucro. Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), o Estado deve reconhecer e preservar formas de organização, porém esse direito dos povos brasileiros não é respeitado pelo modo de produção capitalista, que visa a busca por lucro mesmo que, para isso, povos sejam colocados em risco. Tal ameaça é cristalizada, por exemplo, pelo avanço do arco do desmatamento devido ao agronegócio brasileiro, colocando em risco áreas de comunidades tradicionais, que dependem da preservação da natureza para sobreviver.

Conclui-se, desse modo, que para que as populações tradicionais sejam valorizadas como as “Amazonas” dos quadrinhos, cabe ao Estado incentivar tal valorização por meio da introdução de estudos sobre as culturas tradicionais nas escolas e da fiscalização de leis de proteção, como a PNPCT, a fim de levar conhecimento aos jovens, conscientizando-os sobre a importância de valorizar esses povos, e também de impedir que a lógica capitalista seja sobreposta aos direitos de comunidades tradicionais. Apenas com essas medidas a sociedade brasileira enfrentará os desafios para a valorização dessas culturas e dessas populações no Brasil.

A riqueza cultural brasileira

A tentativa de silenciamento identitário e cultural foi uma constante na formação da população brasileira, pois desde o início, com o colonialismo, até a criação do “fardo do homem branco”, pelos britânicos, os nativos são vistos como inferiores. Apesar desses grupos terem conquistado alguns direitos civis, ainda sofrem com o apagamento histórico, físico - por meio da desapropriação de terras – e intelectual, com a exclusão de saberes. Por isso, é de extrema importância vencer esses desafios, e encontrar meios de garantir a devida valorização dessas comunidades tradicionais no Brasil.

Inicialmente, deve-se entender que mesmo que seja garantido pela Constituição de 1988, a demarcação de territórios para as comunidades tradicionais não é respeitada e nem preservada. Como exemplo, têm-se a atuação de grileiros e a ação do garimpo e da extração de madeira, ambos ilegais, nas áreas destinadas aos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. A maioria das violações com mortes ocorre nas regiões Norte e Nordeste, em razão de serem as localidades com maiores quantidades de vegetação nativa intactas, e por consequência, maiores concentrações de famílias originárias, de acordo com o Ministério Público Federal.

Além disso, deve-se extinguir os estereótipos de que os povos tradicionais são primitivos e ultrapassados, porque eles são detentores de saberes naturais milenares, principalmente na área biológica, como conhecimento acerca das ações medicinais de certas plantas. Ademais, contribuíram para a formação da cultura brasileira, com hábitos higiênicos, com a dança, a culinária e os rituais, e continuam tendo importante e essencial papel na sociedade brasileira. Eles são os povos que mais lutam pela manutenção dos territórios, que são deles por direito.

Com isso, o Ministério do Desenvolvimento Social deve criar medidas de fiscalizações mais efetivas por meio da aprovação do Legislativo, com a finalidade de garantir a proteção efetiva dos territórios legalmente pertencentes as comunidades tradicionais. Assim, espera-se que a tentativa de silenciamento desses povos deixe de ser uma constante no Brasil, e a Constituição seja devidamente respeitada.

Sobre o Método

Como muitos sabem, o curso de Medicina da UFSCar não segue o método de ensino tradicional, mas sim uma metodologia ativa de ensino. Portanto, o curso não é dividido nas matérias tradicionais, como Bioquímica, Fisiologia, Histologia etc. Em seu lugar, nós temos 3 "disciplinas": **Situação Problema (SP)**, **Estação de Simulação (ES)** e **Prática Profissional (PP)**. Em cada uma delas, a turma é dividida em pequenos grupos de 8 ou 10 alunos, que serão modificados a cada um certo tempo, a exceção da PP, cujo grupo segue fixo até o fim do curso.

Na Situação Problema, nos reunimos com nosso pequeno grupo e o professor nos apresenta um caso, que aborda um certo conteúdo. A partir dele, fazemos hipóteses utilizando nosso conhecimento prévio e elaboramos questões que irão direcionar nosso estudo. Por exemplo, se numa determinada semana vemos um caso que aborda o sistema muscular, elaboramos questões que irão nos orientar no estudo da embriologia, da histologia, da anatomia, da fisiologia etc, do sistema muscular. Essa primeira reunião é chamada de "Síntese Provisória". Ao contrário do que parece, não ficamos totalmente soltos nesse processo, pois o professor possui uma ementa com todo o assunto que devemos estudar. Logo, caso nossas questões estejam incompletas, o professor intervém e nos ajuda a elaborá-las melhor para que sigamos o cronograma de conteúdos. Depois disso, temos alguns dias para estudar o assunto antes de nos reunirmos novamente para discutir o que aprendemos com os demais alunos e com o professor. Essa segunda reunião, chamada de "Nova Síntese", de fato contribui para nosso aprendizado, pois, geralmente, os alunos estudam por fontes diferentes, e caso tenhamos esquecido de estudar algo, podemos complementar nosso estudo com o dos colegas ou com algo que o professor acrescentar. Esse ciclo de Síntese provisória e Nova Síntese costuma durar uma ou duas semanas, a depender da extensão do assunto a ser estudado. Como podem ver, não temos aulas sobre os conteúdos, mas sim um tempo reservado para o estudo, no qual podemos estudar por livros, artigos, videoaulas etc.

Por sua vez, na Estação de Simulação temos simulações de atendimento, em que treinamos, com atores, como realizar o atendimento, o exame físico, a anamnese etc, de um paciente. Já na Prática Profissional, nós frequentamos, desde o primeiro ano, as Unidades de Saúde da rede de Atenção Básica de São Carlos. Por fim, assim como nas demais faculdades, os últimos dois anos do curso são de internato, que é realizado nos hospitais de São Carlos.

Outras informações sobre o método

A metodologia adotada na UFSCar se chama “espiral construtivista”, que é semelhante ao PBL (Aprendizagem Baseada em Problemas). Nela, os alunos vão se aprofundando e avançando na compreensão dos conteúdos gradativamente. Como não há aulas tradicionais, o estudante passa a ser o responsável pelo próprio aprendizado teórico. Isso faz com que o aluno desenvolva autonomia e aprenda a estudar, algo que terá de fazer ao longo de toda a carreira.

Além disso, o método ativo exige que você estude constantemente os conteúdos de forma integrada, proporcionando, assim, uma ótima fixação das matérias. Outro aspecto positivo do método é que os alunos precisam discutir com os colegas o que estudaram, o que contribui não só para o aprendizado, mas também para o aprimoramento de suas habilidades comunicativas. Ademais, os professores sempre estão presentes nas reuniões, auxiliando os alunos para que estudem todo o conteúdo, podendo, se necessário, tirar dúvidas e recomendar fontes bibliográficas. Outrossim, caso os alunos se sintam inseguros em relação a algum assunto ou achem que seu estudo sobre ele ficou incompleto, eles podem solicitar uma consultoria, na qual um professor especialista na área irá auxiliar os estudantes na compreensão desse tema.

Para ajudar no direcionamento ao longo do curso, os alunos da medicina UFSCar escolhem um professor para ser seu orientador e acompanhá-los durante sua trajetória na faculdade. Os orientadores podem ajudar na escolha das eletivas, que são obrigatórias a partir do segundo ano, e em outras questões, como a realização de iniciações científicas e decisões acadêmicas.

Por fim, outra coisa que faz parte da nossa graduação é o “portfólio”. Os portfólios são documentos que escrevemos que podem conter: o conteúdo que estudamos, com as respectivas referências bibliográficas, reflexões sobre o estudo e narrativas. Em alguns anos, eles servem para compor a avaliação dos alunos. Além disso, são uma ótima maneira de organizar o estudo, e podem ser uma fonte valiosa de informações para relembrar o conteúdo estudado ao longo da graduação.

Sobre a Cidade de São Carlos

História

A nossa querida São Carlos, foi fundada em 4 de novembro de 1857, a cidade, localizada geograficamente no centro do estado de São Paulo, surge num contexto de expansão da lavoura cafeeira na região. Estabeleceu-se, no início do século XX, como uma importante engrenagem do setor industrial do interior paulista e, posteriormente, na segunda metade do século, com a criação da Escola de Engenharia de São Carlos e a Universidade Federal de São Carlos, se desenvolveu tecnologicamente, sendo hoje considerada um importante tecnopolo de São Paulo.

Informações Gerais

É um município de médio porte, com uma população de cerca de 250 mil habitantes, dos quais uma parcela razoável é composta por universitários, justamente pela presença de dois campi da Universidade de São Paulo; mais um da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e mais o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), e conta ainda com algumas instituições privadas; um fato interessante é que São Carlos possui uma grande concentração de cientistas e pesquisadores: um pesquisador doutor (PhD) para cada 180 habitantes, um número bem elevado quando comparado com o resto do Brasil, que apresenta uma relação de 1 doutor para cada 5.423 habitantes. São Carlos possui clima ameno, em torno de 19,6°C, clima bem agradável no geral, porém, se você vier para cá, lembre-se de sempre colocar uma blusa e um guarda-chuva na bolsa, não importa o quão calor esteja, aqui, o tempo vira de uma hora para outra, não é por acaso que um dos apelidos de São Carlos é "cidade do clima".

Transporte

Se você não tem carro próprio, o principal meio de transporte é o ônibus, esse transporte tem linhas específicas que vão até a UFSCar, inclusive com pontos de parada dentro da universidade, haja vista que o campus da UFSCar é muito extenso.

Além do transporte público por ônibus, São Carlos é uma cidade com dimensões razoáveis, o que torna possível se locomover também a pé (dependendo do bairro), de bicicleta ou mesmo utilizando serviços de transporte individual, como táxis e aplicativos de transporte, como Uber e 99. Essas opções podem ser úteis para complementar o deslocamento quando necessário. Não posso deixar de mencionar as caronas, os treinos das modalidades oferecidas pela atlética, bem como o ensaio da bateria da medicina, costumam acontecer no período noturno, por essa razão, sempre é feito um esquema de carona para evitar que alguém fique para trás, tanto na ida quanto na volta. Nós cuidamos dos nossos bixos!

Principais Bairros

A comunidade acadêmica se concentra em bairros próximos da UFSCar ou da rodoviária, como Vila Celina, Cidade Jardim (com grande presença de repúblicas) e Vila Costa do Sol, uma opção um pouco mais longe é o centro da cidade, o jardim macarengo, o jardim nova Santa Paula e o Parque Arnold Schimidt (esses dois últimos ficam próximos da USP, logo, também concentram muitos universitários). Independente do bairro você terá acesso a supermercados, academias e farmácias com relativa facilidade.

Lazer e festas

São Carlos conta também com uma boa oferta de restaurantes e lanchonetes, além é claro de vários bares e eventos para curtir a vida noturna na cidade. Sempre tem alguma festa rolando, não só da medicina, mas de todos os cursos da UFSCar. Agora, você, futuro membro da macacada, não pode deixar de conferir o incomparável Bar do Alex, sede oficial da LAPC (Liga Acadêmica do Pagode e Cervejinha), o grande ponto de encontro dos mediciners da UFSCar, lá você encontrar não só a galera da sua turma, mas também boa parte dos seus veteranos. Maaaaas, se você não é muito chegado nos rolês mais agitados, não se preocupe, nossa San Charles também conta com salas de cinema, shopping, praças públicas para dar uma desestressada e do ladinho da UFSCar tem o parque ecológico da cidade. Além disso, você pode fazer alguns passeios na natureza, como ir nas cachoeiras aqui da região ou mesmo fazer a trilha do cerrado aqui da UFSCar.

Mensagem final

Aqui quem fala é um minhoca, nascido e criado nas terras são carlenses, sendo bem honesto e não puxando sardinha pro nosso lado, São Carlos é uma ótima cidade para um universitário morar, não é tão cara quanto às capitais, é relativamente segura e você pode manter uma qualidade de vida razoável sem gastar muito. O povo são carlense em geral, gosta muito dos estudantes, sem falar que aqui você pode encontrar gente do Brasil todo, vivenciar diferentes culturas e explorar novas interações interpessoais. Tenho certeza que você não se arrependerá de escolher a Med UFSCar!!!

Auxílios Para Permanência Estudantil

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na UFSCar visa democratizar o ensino superior e apoiar a permanência de estudantes em situações vulneráveis. Suas modalidades incluem:

- 1. Bolsa Moradia Vaga:** Oferece vagas em apartamentos universitários, regulamentada pelo PAE.
- 2. Bolsa Moradia em Espécie:** Ajuda de R\$350,00/mês para aluguel, regulamentada pelo PAE.
- 3. Bolsa Moradia Mãe/Pai:** Ajuda de R\$550,00/mês para aluguel com filhos/as até 5 anos ou deficiência, regulamentada pelo PAE.
- 4. Bolsa Alimentação:** Acesso gratuito ao Restaurante Universitário, regulamentada pelo PAE.
- 5. Auxílio Alimentação Emergencial:** R\$140,00/mês para café da manhã, regulamentada pelo PAE.
- 6. Auxílio Transporte:** Apoio para transporte, regulamentado pelo PAE.
- 7. Bolsa Auxílio Pré-Escolar (BAPE):** R\$408,00/mês para educação infantil, regulamentada pelo Subprograma de Auxílio Pré-Escolar.
- 8. Bolsa PIAPE:** R\$300,00/mês para ações culturais, esportivas e de lazer, regulamentada pelo PIAPE.
- 9. Bolsa PAEIQ:** R\$300,00/mês para indígenas e quilombolas, regulamentada pelo PAEIQ.
- 10. Bolsa PAPEL:** R\$200,00/mês para atividades esportivas e de lazer, regulamentada pelo PAPEL.
- 11. Bolsa PACUPIA:** R\$300,00/mês para promoção de inclusão e acessibilidade, regulamentada pelo PACUPIA.
- 12. Auxílio Inclusão e Acessibilidade:** R\$900,00 em parcela única para estudantes com deficiência, regulamentada pelo CRIE.
- 13. Auxílio para Cuidados com a Saúde:** Auxílio emergencial para custos médicos, regulamentada pelo CRIE.
- 14. Auxílio para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos:** Auxílio pontual para apresentações, regulamentada pelo CRIE.
- 15. Programa Bolsa Permanência (PBP):** Ajuda de R\$1.400,00/mês para indígenas e quilombolas, regulamentada pelo MEC.
- 16. Projeto Promisaes:** Suporte financeiro de R\$622,00/mês para estudantes estrangeiros do PEC-G, regulamentado pelo Projeto.

Essas medidas buscam assegurar que os estudantes possam estudar e se formar de maneira digna e saudável.

Ligas Acadêmicas

Ligas acadêmicas são entidades inseridas em cursos da área da saúde, organizadas por alunos e supervisionadas por professores, com o objetivo de aprofundar os estudos de áreas específicas abordadas na graduação. Elas integram atividades de ensino, pesquisa e extensão para formar para a saúde, aprender a fazer e aprender a cuidar do outro.

Na UFSCar temos ligas que aceitam somente estudantes do curso de medicina e também ligas interdisciplinares, que aceitam estudantes das outras áreas da saúde, proporcionando um aprendizado mais integralizado.

Muitas ligas aceitam estudantes desde o primeiro ano da graduação, mas outras somente a partir dos anos seguintes.

Cada liga define como serão seus encontros e as atividades que serão realizadas. Muitas ligas incorporam em sua atuação a metodologia ativa usada pela faculdade. Há a oportunidade de realização de atividades práticas e estágios em grande parte das nossas ligas. Além disso, também são promovidas aulas e rodas de conversa com profissionais incríveis. Normalmente as atividades ocorrem no próprio departamento de medicina ou nos laboratórios da faculdade, dependendo da liga. Algumas também realizam encontros de forma remota.

Quanto ao ingresso nas ligas, ele ocorre por processo seletivo, que é definido pela própria entidade. A seleção pode ser por meio de provas, entrevistas ou ambos. Mas não se desesperem, os processos seletivos são bem tranquilos!

Segue a lista das ligas acadêmicas ativas oferecidas pelo DMed:

Ligas Acadêmicos

Liga Acadêmica de Anatomia Humana (LAAH)
Liga Acadêmica de Cardiologia (LACOR)
Liga de Cirurgia da UFSCar (LICU)
Liga Acadêmica de Saúde da Criança e do Adolescente (LASCA)
Liga de Dermatologia Clínica e Cirúrgica (LIDERM)
Liga Acadêmica de Diabetes (LAD)
Liga Acadêmica de Endocrinologia e Metabologia (LAEM)
Liga Acadêmica de Especialidades Pediátricas (LAEP)
Liga Interdisciplinar de Genética Médica (LIGEM)
Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia (LAGO)
Liga de Hematologia da UFSCar (LHEU)
Liga de Infectologia da UFSCar (LINFU)
Liga de Neurologia (LINEU)
Liga Interdisciplinar de Saúde Neonatal (LISNe)
Liga Acadêmica de Medicina do Esporte e do Exercício (LIMESP)
Liga Acadêmica de Nutrologia (LANUT)
Liga Acadêmica Multidisciplinar de Oncologia (LiMOnco)
Liga Acadêmica de Oftalmologia (LAOFT)
Liga de Química Medicinal e Farmacologia Clínica (LiQMF)
Liga Acadêmica de Saúde Mental (LASM)
Liga Acadêmica de Terapia Antálgica e Cuidados Paliativos (LATACP)
Liga Acadêmica de Traumatologia e Ortopedia (LATORP)
Liga de Urgências Traumáticas e Clínicas da UFSCar (LUTCU)

Associação Atlética Acadêmica Moacir PEIXOTO Júnior (AAAMPJ)

A Associação Atlética Acadêmica Moacir PEIXOTO Júnior (AAAMPJ) é a organização esportiva responsável pela maior representação da nossa medicina e a integração entre os estudantes. Ela atua como uma das primeiras redes de contato com os bixos e bixetes, acolhendo-os e fazendo com que todos se sintam parte da medicina desde as primeiras semanas.

A atlética realiza diversas competições universitárias (como o Caipirão, a TOMEI), amistosos, organiza muitas festas (Entorta bixo, integramed e liberação), disponibiliza treinos das mais variadas modalidades para a galera da medicina: handebol, vôlei, futsal, basquete, xadrez e bateria (a nossa gloriosa SANCABUM!), além de coordenar projetos muito legais externamente como o MedAcolhe e o Saúde da Rua de São Carlos.

A AAAMPJ se sustenta através de associações, que são apenas valores anuais que os estudantes podem contribuir se quiserem, mas que permitem diversos benefícios, tais como convênios em diversos estabelecimentos pela cidade, descontos em produtos, acesso a produtos exclusivos e menores valores pagos em competições (principalmente para os sócios-atletas, pois quem contribui em dobro para a medicina, merece também ser recompensado em dobro! hahaha).

Parabéns por essa enorme conquista, calouro da Med UFSCar! Chegar até aqui não foi fácil (todos nós sabemos hahaha), mas a Federal faz tudo valer mais que a pena! Venha conhecer a nossa atlética e fazer parte dela e acredite, algumas das melhores pessoas que você irá conhecer na graduação estão aqui. Entrar em quadra com essa galera é animal e te faz sentir cada vez mais parte dessa grande família que é a AAAMPJ!

É isso, Medicina minha vida, Federal com muito amor! Bem vindos à melhor do meu Brasil, calourinhos!

-Obs: se você, futuro calouro, ficou intrigado no porquê de a palavra "Peixoto" estar destacada, favor perguntar ao seu futuro veterano Pereira (TXVIII) para maiores esclarecimentos.

Instagram: @aaampjufscar

Saúde da Rua de São Carlos

O projeto Saúde da Rua foi criado inicialmente em São Paulo no ano de 2020 com o objetivo de levar um atendimento básico mais humanizado para pessoas em situação de rua na região da cracolândia.

Em 2021, o projeto se expandiu pelo país e chegou até São Carlos, através de uma aluna da medicina UFSCar que, em parceria com a AAAMPJ, deram vida a essa linda causa.

Atualmente, o Saúde da Rua realiza diversas ações ao longo do ano visando ajudar e trazer o melhor cuidado em saúde para todos aqueles em situação de vulnerabilidade social. Ele se sustenta a partir do voluntariado de estudantes, profissionais e recém-formados da medicina UFSCar.

Venha fazer parte dessas belas ações também! Se voluntarie!

Instagram: @saudedaruasanca

Projeto MedAcolhe

O projeto MedAcolhe é um projeto criado e administrado por alunos voluntários da medicina com o objetivo de fornecer moradia e acolhimento temporários para todos aqueles que necessitem no momento (sendo calouro ou veterano), devido a dificuldades financeiras, problemas com programas de bolsas ou até mesmo inadaptação à moradia estudantil, até que eles encontrem um local definitivo para morarem.

Os próprios estudantes com moradia fixa em repúblicas, apartamentos ou casas podem se voluntariar para auxiliar no projeto. Serão esses anfitriões os responsáveis por determinar o tempo de estadia permitido e as regras de convivência da casa, além de acolher os recém-chegados e ajudar na integração deles com o curso e a universidade.

Venha fazer parte desse lindo projeto! Seja um voluntário.

Instagram: @medacolhe

Éxon - Empresa Júnior

A Éxon Jr. é a empresa júnior que nasceu na medicina UFSCar. É um lugar em que os estudantes têm a possibilidade de desempenhar atividades práticas na gestão e empreendedorismo em saúde, criando soluções ainda na faculdade! É uma ótima oportunidade para desenvolver habilidades como liderança, trabalho em equipe e criatividade. Atuamos em projetos de consultoria em gestão, educação médica e inovação. Trabalhamos em parceria com instituições públicas e privadas, hospitais, planos de saúde e outras empresas de saúde - bem como com empresas juniores de outras áreas do conhecimento.

Instagram: @exon.jr

Site: <https://exonjr.com.br/>

Semana de Recepção dos Calouros

A primeira semana de aulas é composta por palestras apresentando a faculdade e a sua metodologia, já que a maioria dos alunos vêm de uma metodologia tradicional e têm seu primeiro contato com a metodologia ativa aqui na UFSCAR.

Tradicionalmente, os veteranos criam uma semana de recepção com festas e jogos para que todos se conheçam e aproveitem esse momento único de ingresso na universidade. Um desses jogos organizados é o "desafio dos primatas", em que a turma caloura é dividida em dois grupos, os "babuíños" e os "mandril". Nesse jogo, há vários desafios que as equipes precisam desenvolver, como criar um vídeo no instagram, participar de treinos e jogos de xadrez, handebol, basquete, futsal e vôlei. Há também jogos de bebidas no famoso "bar do Alex", em que a sua participação é totalmente voluntária. No fim do desafio, a equipe vencedora ganha vários prêmios. É um evento muito legal para todos se conhecerem melhor e se inserirem no ambiente acadêmico, além de permitir que os calouros conheçam espaços da cidade, como bares e restaurantes.

Além dos jogos dos primatas, a semana dos bichos conta com o tradicional "semáforo", em que os calouros vão às ruas, junto dos seus veteranos, para pedir dinheiro aos carros nos faróis. Depois, esse dinheiro é usado para mais uma integração entre veteranos e calouros no bar do Alex.

Na semana de calourada, que em 2023 aconteceu depois do início das aulas, temos 3 festas tradicionais: o bar do sexto ano (no famoso "bar do alex"), a cervejada da medicina e o entorta bixo. Nessas festas, todos os alunos do curso de medicina- do primeiro ao sexto ano- podem se conhecer, trocar experiências e aproveitar juntos. Por fim, há o batizado da medicina, em que os apelidos são firmados- já que na faculdade os estudantes são tradicionalmente conhecidos pelos seus apelidos que são escolhidos com base em uma história marcante que ocorreu nos primeiros dias- e os padrinhos e madrinhas são escolhidos. O padrinho e a madrinha são as pessoas mais velhas do curso que irão te auxiliar durante a graduação. Esse auxílio pode ser tanto relacionado a questões acadêmicas, como ajuda para estudar ou para realizar os portfólios, quanto para questões emocionais, já que a maioria vem de outra cidade e está morando sozinho pela primeira vez.

Aqui na UFSCAR, todos os estudantes são muito receptivos e fazem muita questão de integrar e ajudar os calouros. Como a turma é composta por uma quantidade reduzida, isso torna os estudantes ainda mais unidos.

Bar do Alex

O famoso Bar do Alex (ou só Alex, para os mais íntimos) é um dos principais pontos de rolê da medicina UFSCar, seja para um after, uma resenha pós treinos ou até mesmo festas tradicionais (como o Bar do Sexto Ano), aqui é o lugar ideal para tudo isso!

Localizado na Av. São Carlos, uma das principais da cidade, o Alex está sempre lotado e rende as melhores histórias de rolês. Melhor que isso, só para os sócios da AAAMPJ, que tem muito desconto aqui!

Venham para o Alex, futuros calouros. VAMO TOMÁ!

Relatos da Turma XVIII

Um relato incomum, mas que talvez ajude quem está no mesmo nível e causa de ansiedade que eu estava. Eu estava no meu 4º ano de cursinho antes de passar, e a ansiedade era meu maior problema. Todo ano, quando chegava agosto, setembro, eu começava a entrar em desespero com medo de não passar. Com isso, sentia minha mente bloqueada, não conseguia estudar, começava a faltar do cursinho, tinha pânico de abrir uma apostila, e chegou ao ponto de entregar uma redação do Enem em branco. E, na minha cabeça, isso se resumia a um terror de ter que fazer cursinho de novo no próximo ano. Até então, eu colocava todas as minhas fichas na medicina. Todos os vestibulares clássicos com medicina. O que finalmente me ajudou foi ter um plano B. Escolhi um único vestibular para colocar um curso que eu tinha certeza que passaria, e que talvez iria querer fazer. Saber, então, que eu teria outra opção além do cursinho, me ajudou muito a controlar a ansiedade, concluir o cursinho com regularidade e mais calma, e fiz o meu melhor ENEM. Por fim, eu realmente passei no meu plano B. Considerei cursar, mas estava, com calma, me convencendo a fazer cursinho mais uma vez para não desistir da medicina. Foi quando veio o resultado da UFSCar, e todos os 4 anos valeram a pena. Agora sei que passei no lugar certo, e com a turma certa, cheia de amigos maravilhosos. Então, aconselho terem cuidado com a ansiedade, reflitam e procurem estratégias para controlá-la. Mas não desistam. Nada substitui realizar o seu sonho.

OIII para você que está só passando os olhos nos relatos e está com raiva/tristeza porque não passou ou para você que está esperançosa(o) eu te digo uma coisa: A SUA APROVAÇÃO VAI CHEGAR Eu fiz 6 anos de cursinho, vi diversos tipos de pessoas passando antes de mim, amigos que não queriam fazer medicina se formarem em outros cursos e até começaram a fazer certos feitos como arrumar emprego, comprar apartamentos e eu lá "ficando para traz", isso pesava no meu psicológico fazendo eu ter inúmeras dúvidas, quantas vezes eu falei para mim mesmo que aquele seria meu último ano prestando medicina, mas se teve algo que me ajudou nesses anos difíceis de ansiedade foi, por mais estranho que pareça, só continuar tentando, mesmo que por dentro eu estivesse morto, apenas continuei tentando e quem diria..... a aprovação veio. Caso você que esteja lendo esteja com raiva dos seus estudos por que já viu 1º guerra mundial 5758 mil vezes, procure outros modos de estudos, cursinho/aulas não aprovam tudo mundo, não é porque 4 pessoas do cursinho X passaram (e colocaram elas no outdoor) que você vai passar também, tente revisões espaçadas, estudo por questões/-simulados (eu particularmente amei estudar somente por simulados das provas que prestava) não fique preso a um método específico. Eu não sei como é a situação de cada pessoa que está lendo esse relato, mas se você está começando na sua jornada eu te digo: não busque produtividade, busque equilíbrio, pode parecer meio dúbio uma dica de não estudar tanto, mas não deixe de fazer as coisas que gosta só para estudar, é muito mais importante estar calmo no dia da prova do que saber o nome daquela

doença genética super rara. Se você está já há alguns anos nessa jornada e já está descreditando de si mesmo eu te digo: acredite que uma hora vai dar certo, mesmo que em alguns dias você esteja mentindo para si mesmo e no fundo já esteja pensando em outro curso, porque uma hora vai dar certo e você se lembrará dos dias que não acreditou e mesmo assim continuou estudando/fazendo questões e vai ficar feliz por ter continuado no processo. Acabou que esse relato virou mais um amontoado de dicas com experiências do que um relato propriamente dito, porém o importante é você leitor sentir que está próximo da sua realidade. Espero que minhas palavras (confusas porque nunca pensei no que escrever kkkkkkk) possam ter servido para te fazer pensar um pouco na sua vida e como você enxerga o vestibular, te aguardo ansiosamente aqui na UFSCar.

Oiii futuros calouros! Vim contar um pouco como foi esse caminho dos vestibulares até a aprovação e espero que meu relato ajude vocês a passarem por esse momento tão difícil! Eu fiz o ensino fundamental em uma escola bem fraca na minha cidade, então cheguei ao ensino médio com muitas lacunas, principalmente nas matérias de exatas. Quando fui para o ensino médio, ganhei uma bolsa de estudos em uma escola muito boa e que era focada na preparação para os vestibulares. Nessa escola, fui incentivada a prestar vestibulares como treineira desde o primeiro ano, então fui me acostumando com as provas ao longo dos anos. Quando cheguei ao terceiro ano, tive um ano bem caótico, pois foi o ano da pandemia. Consegui manter os estudos durante o período remoto e, no final de 2020/início de 2021, prestei muitos vestibulares, o que me cansou e me estressou demais (e mais a pandemia!) e acabei não conseguindo nenhum resultado satisfatório. Foi a primeira vez que coloquei minha nota na UFSCar no SISU (e eu passei longe kkkkkk). Esse momento foi extremamente difícil e frustrante pra mim, mas logo iniciei o cursinho. Depois que decidi que queria cursar medicina, nunca considerei nenhum outro curso, então não havia outro caminho a não ser estudar. Por conta da pandemia, optei por fazer cursos online de cada matéria separada. Isso me possibilitou focar nas minhas principais dificuldades, que eram matemática e física, e avancei muito nessas duas matérias naquele ano. Ao final do primeiro ano de cursinho prestei novamente os vestibulares e quando saíram os resultados tive um dos meus piores momentos nessa trajetória, pois não passei nas faculdades que eu queria por pouquíssimas questões. Chorei muito, fiquei muito brava, mas, novamente, não havia outro caminho a não ser chacoalhar a poeira e voltar a estudar. Apesar disso, foi a primeira vez que tive uma aprovação - em uma faculdade particular muito boa, mas não pude ir para lá porque minha família não tinha condições de pagar. Foi a segunda vez que eu coloquei minha nota na UFSCar e dessa vez até fui pra lista de espera (estou nela até hoje KKKKK) e, mesmo não tendo passado, fiquei mais de mil posições acima da que tinha ficado no ano anterior e isso me motivou. Por fim, no ano de 2022, fui para um cursinho presencial em São Paulo e foi bem complicado. Por já ter feito um ano e ter me acostumando a estudar mais individualmente, foi difícil voltar a passar um dia inteiro em uma sala de aula e enfrentar 2h de deslocamento na ida e depois na volta. Nesse ano, eu conversava

muito com a orientadora pedagógica do cursinho e comecei a fazer terapia. Isso foi essencial para mim, pois eu tive muitos problemas com ansiedade e autoestima durante toda a minha preparação. Apesar de ter sido um ano em que estudei muito, foi o ano em que eu mais descansei e busquei formas de cuidar da minha saúde física e mental. Não frequentei o cursinho o ano inteiro - lá pra setembro resolvi voltar a estudar em casa e ir presencialmente só para os simulados e algumas aulas específicas. Quando chegaram os vestibulares, apesar da tensão natural a essa situação, eu estava mais descansada do que nos anos anteriores. Novamente não passei nas faculdades que eu mais queria e fiquei bem frustrada. Como eu não corrigia minhas provas, não sabia como tinha sido meu desempenho no ENEM. Eu passei novamente na faculdade particular do ano anterior, em uma das primeiras posições, mas eles não atenderam ao meu pedido de bolsa. Nesse momento, eu já estava me matriculando no cursinho de novo, mas foi quando saiu o resultado do ENEM e eu percebi que tinha mais uma chance. Passei por toda a agonia do SISU de novo, mas dessa vez eu sabia que ia entrar - não ia ser na primeira chamada, mas era quase certeza que eu entrava na segunda. Por conta disso, a aprovação de fato demorou um pouquinho mais, até sair a segunda chamada (e meu nome tava lá!), então fui processando a realidade aos poucos. A UFSCar não era minha primeira opção de faculdade por conta da distância da minha cidade. Apesar disso, ela foi a minha opção do início ao fim do SISU e não me arrependo nem um pouco dessa escolha. A recepção foi incrível, hoje estou muito feliz aqui e vir pra cá foi a melhor decisão que eu poderia ter tomado. Esse momento de vestibulares é uma fase muito complicada e é muito difícil dar um conselho que não seja: aguenta firme! É uma merda, mas é o caminho. Procurem formas de cuidar de vocês e minimizar o estresse - ele não vai ser eliminado por completo, mas dá pra diminuir. Façam atividade física, façam coisas que vocês gostem, saiam com a família e os amigos, assistam uma série, um filme, leiam um livro, escutem uma música (recomendo Doubt, da Mary J. Blige, me ajudou demais). Escolham o que mais ajudar, mas não deixem o estudo consumir 100% do tempo de vocês. Não deixem de estudar também, pois vocês precisam desses conhecimentos. Achar o equilíbrio entre o estudo e a vida pessoal de vocês é essencial para os vestibulares e também vai ser durante a faculdade. Espero que esse relato tenha ajudado e, se precisarem conversar, podem me procurar (insta: cindy_scs)! Estou esperando cada um de vocês na T19 da UFSCar ano que vem! Venham pra melhor faculdade desse Brasil! Federal com muito amor!!!!!!

Um recado para quem já se formou faz tempo... Em 2021, depois de mais uma tentativa frustrada em um novo emprego e após anos inquieta por não conseguir me encontrar profissionalmente, me passou pela cabeça que o caminho talvez fosse Medicina. Obviamente, neguei a ideia de imediato... "Imagina... voltar a estudar pro vestibular depois de 14 anos longe do ensino médio? E competir com o pessoal mais jovem que está com tudo fresco na cabeça? Nem pensar!". Mas o "e se" continuou voltando à minha mente até que decidi pegar um livro de Biologia para ver como eu me sentia. Desde aquele dia até a minha aprovação, nunca mais parei de estudar. Foram 2 anos de muito estudo online conciliado com trabalho em período integral, vida social, atividade

física e lazer. Não foi fácil... Em muitos momentos achei que meu estudo estava ineficiente, que eu era velha demais pra voltar a ser universitária ou que a competição era impossível. Mas apesar dos ocasionais pensamentos negativos, nunca desisti. Continuei estudando quando dava, me forçando a entregar um pouquinho mais a cada dia e acreditando que seria possível desde que eu não persistisse. E hoje posso respirar aliviada e curtir cada segundo dessa nova fase. Para você que está passando pelo mesmo desafio, continue acreditando! Refaça a rota se for necessário, peça ajuda quando precisar e não negligencie sua saúde (física e mental). Saiba que você tem total capacidade para ser aprovado! Ninguém que faz Medicina é melhor do quem ainda está estudando para passar. A única coisa que ainda nos separa é a aprovação, mas eu tenho certeza de que se você não desistir, em breve estaremos juntos como colegas de faculdade. Bons estudos e boa sorte!

Oii, futur@s bix@s!

Esse é um recado sobre não perder a esperança.

Fiz 3 anos de cursinho depois de uma vida inteira na rede pública. Definitivamente não é fácil, principalmente pra quem vem de um ensino defasado, lutar pelo sonho de fazer medicina. Muitas vezes a gente pensa que não é um lugar feito pra gente, já que não tem tanta gente que vem de onde a gente vem. Durante os anos de cursinho, a cada prova que fazia eu depositava uma confiança absurda e a cada não que recebia me sentia cada vez mais distante de ter minha vaguinha.

No meu terceiro ano de cursinho, fiquei muito perto de passar para as segundas fases. Passei em uma particular, mas não houve a disponibilidade de bolsas para estudantes de baixa renda. Fui aprovada no Prouni, com 100% de bolsa, mas perdi a vaga por uma análise equivocada dos meus documentos. Pensei, por um tempo, que não era pra mim. Voltei pro cursinho. Um dia, lembrei que tinha ficado em uma boa posição nas listas de espera da UFSCar e da UNIFESP e fui conferir. Na UNIFESP, poucas pessoas estavam na minha frente. Quando abri a lista da UFSCar, eu era a próxima. Foi uma correria. A análise de documentos pra comprovação da renda demorou alguns dias e, foram, os mais agonizantes pra mim, por medo de se repetir o q rolou no Prouni. No sábado da mesma semana, eu estava, finalmente, matriculada na faculdade de medicina.

Minha família não tem médicos. Meus pais não tiveram a oportunidade de estudar quando jovens. Minha mãe só teve a chance de estudar depois de já ter duas filhas. Estar na faculdade de medicina, um lugar que, definitivamente, não é feito pra pessoas que vêm de onde eu vim, apesar de todas as políticas de inclusão, que com certeza facilitaram um pouco o processo pra gente, é uma grande conquista. Ocupar esse lugar também é possível pra gente.

Com o passar dos anos, ouvi muito que o segredo pra passar é consistência, resiliência, determinação e, também, enxergar essa fase de estudos como só uma fase e tentar levá-la com leveza. Parece clichê e tal, mas é a mais pura verdade. Lutar por um sonho é não desistir e, acima de tudo, se respeitar, não esquecendo de cuidar de si.

Que o lugar de onde viemos não defina, nunca, pra onde vamos. E espero q vocês, da T19, venham com muita vontade de fazer diferença. Já to ansiosa pra conhecer vocês, futur@s bix@s!!

Dicas

Dicas para o vestibular

1. Descansar e preparar o psicológico para o momento das provas: estudar é muito importante na nossa preparação, mas relaxar e estar com a cabeça no lugar pra esse momento tão tenso também é necessário! Ter uma boa rotina de sono e fazer alguma atividade pra se distrair faz muita diferença na aprovação.
2. Focar nas matérias mais importantes pela TRI: quando falamos de ENEM, é muito importante dar atenção à TRI e como ela influencia os resultados. Matérias como matemática e redação não podem ser deixadas de lado, pois são as que mais aumentam as notas!
3. Criar uma estratégia para a prova: no dia do ENEM, entre na sala sabendo qual vai ser sua estratégia de resolução. Por qual matéria começar, como vai priorizar as questões fáceis pela TRI, como preencher o gabarito, quando fazer pausas, como vai chutar caso não saiba uma questão - todos esses pontos devem ser planejados e também é importante pensar em soluções caso aconteça algum imprevisto! Isso ajuda a diminuir a ansiedade antes e durante a prova.
4. Simulados: agora nessa reta final é muito importante simular as condições de prova, seja com simulados com questões inéditas seja com provas anteriores. É essencial treinar o tempo de resolução e planejar as estratégias mencionadas anteriormente.
5. Preste atenção aos horários, aos materiais e documentos que devem ser levados no dia, para evitar imprevistos!

Dicas para o SISU

1. Prestem atenção às datas: abertura e fechamento do SISU, divulgação das listas de espera, divulgação das chamadas seguintes... são muitas datas, mas é importante saber quais são elas para não perder nenhum prazo!
2. Faculdades: pesquisem sobre as instituições antes do SISU! É importante conhecer as instituições que vocês estão considerando ingressar e o que elas oferecem. As cartilhas são uma ótima ferramenta para isso e há também os sites das faculdades. Procurem saber qual a metodologia de ensino da faculdade (ativa ou tradicional), se tem hospital universitário próprio, se tem oportunidades de pesquisa, se tem laboratório de anatomia com peças reais ou sintéticas, quais são os auxílios disponíveis... quanto mais vocês souberem sobre as faculdades que estão considerando, mais recursos para tomar a decisão final vocês terão.

3. Prioridades: após as pesquisas mencionadas anteriormente, tenham bem definidas quais faculdades vocês têm interesse e busquem saber o comportamento das notas delas no SISU e nas listas de espera. É importante saber quantas vagas cada faculdade oferece para a modalidade concorrida e como é o comportamento de desistência dos candidatos. Procurem nas cartilhas qual foi a posição dos últimos chamados nos anos anteriores para saber se vale a pena ou não deixar sua nota lá.

4. Chamadas seguintes: Feita a escolha, depois da divulgação da primeira chamada, que ocorre no site do SISU, se você ainda não estiver dentro é muito importante fazer a declaração de interesse em permanecer na lista de espera! As próximas chamadas são divulgadas nos sites das universidades e não mais no site do SISU, então acompanhem atentamente a divulgação das próximas chamadas para não correr o risco de perder uma convocação.

5. Não coloque sua nota no SISU se não tiverem interesse real na vaga! Seja porque já foi aprovado na universidade que você queria, seja porque quer sair na lista de aprovados do cursinho. Não coloque sua nota se não pretende fazer a matrícula de fato. Muitas pessoas desistem de deixar suas notas na faculdade que querem porque não estão dentro do corte e o processo do SISU é muito estressante para quem realmente depende dessas vagas.

Por fim, esperamos que essas dicas ajudem vocês nesse momento tão tenso. Elas não são regras que devem ser seguidas à risca, apenas conselhos que nos ajudaram na nossa aprovação e que podem ajudar vocês também. Cada um sabe o que se aplica ou não aos seus estudos, então confiem em vocês e valorizem a sua trajetória!

Nesse momento em que nos aproximamos das provas, lembrem-se de que tudo o que já fizeram até aqui está contribuindo com a aprovação de vocês! É muito comum pensarmos apenas em tudo o que não fizemos e acabar esquecendo tudo o que já fizemos, então tentem sempre se lembrar de que cada pequeno avanço faz diferença no resultado final. Estamos à disposição! Caso queiram falar mais sobre isso, não deixem de entrar em contato!